



ENSINO E EXTENSÃO NA UNISC: PRÊMIO HONRA AO MÉRITO 2017

Paula Camboim Silva de Almeida
Teresinha Eduardes Klafke
ORGANIZADORAS

TRABALHOS SELECIONADOS NA VIII EDIÇÃO DO PRÊMIO HONRA AO MÉRITO
DO VIII SALÃO DE ENSINO E DE EXTENSÃO DA UNISC - 2017



Paula Camboim Silva de Almeida
Teresinha Eduardes Klafke
(Organizadoras)

ENSINO E EXTENSÃO NA UNISC: PRÊMIO HONRA AO MÉRITO 2017

TRABALHOS SELECIONADOS NA VIII EDIÇÃO DO **PRÊMIO HONRA AO MÉRITO**
DO VIII SALÃO DE ENSINO E DE EXTENSÃO DA UNISC — 2017

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2018





Reitora
Carmen Lúcia de Lima Helfer
Vice-Reitor
Rafael Frederico Henn
Pró-Reitor de Graduação
Elenor José Schneider
Pró-Reitora de Pesquisa
e Pós-Graduação
Andréia Rosane de Moura Valim
Pró-Reitor de Administração
Dorivaldo Brites de Oliveira
Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional
Marcelino Hoppe
Pró-Reitor de Extensão
e Relações Comunitárias
Angelo Hoff

EDITORA DA UNISC
Editora
Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL
Helga Haas - Presidente
Andréia Rosane de Moura Valim
Felipe Gustsack
Hugo Thamir Rodrigues
Marcus Vinicius Castro Witzak
Olgário Paulo Vogt
Rafael Eisinger Guimarães
Vanderlei Becker Ribeiro

© Copyright: Dos autores
1ª edição 2018
Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Editoração: Clarice Agnes,
Caroline Fagundes Pieczarka
Capa: Denis Ricardo Puhl
(Assessoria de Comunicação e Marketing)

E59 Ensino e extensão na Unisc [recurso eletrônico] : Prêmio Honra ao Mérito 2017 / Paula Camboim Silva de Almeida, Teresinha Eduardes Klafke (organizadoras). - 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2018.

Dados eletrônicos.
Texto eletrônico.
Trabalhos selecionados na VIII edição do Prêmio Honra ao Mérito do VIII Salão de Ensino e de Extensão da UNISC.
Inclui bibliografias
Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc>
ISBN: 978-85-7578-487-7

1. Ensino superior. 2. Extensão universitária. 3. Universidade de Santa Cruz do Sul. I. Almeida, Paula Camboim Silva de. II. Klafke, Teresinha Eduardes.

CDD 378.8165

Bibliotecária responsável: Muriel Esperança Thürmer – CRB 10/1558



Avenida Independência, 2293
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462
Fax: (051) 3717-1855
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS
E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc



**COMITÊ DE AVALIAÇÃO DOS RESUMOS/TRABALHOS DO VIII SALÃO
DE ENSINO E DE EXTENSÃO - 2017**

Ciências Humanas:

Ernesto Luiz Alves (Depto. de História e Geografia)
José Antônio Moraes do Nascimento (Depto. de História e Geografia)
Susana Margarita Speroni (Depto. de Educação)

Suplentes:

Dulce Grasel Zacharias (Depto. de Psicologia)
Julio Bernardes (Depto. de Ciências Humanas)

Ciências Exatas, da Terra e Engenharias:

Márcio Pacheco (Depto. de Computação)
Vera Lúcia Bodini (Depto. de Matemática)
Wolmar Alípio Severo Filho (Depto. de Química e Física)

Suplentes:

Jorge André Ribas Moraes (Depto. de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias)
Enio Leandro Machado (Depto. de Química e Física)

Ciências Biológicas e da Saúde:

Bianca Inês Etges (Depto. de Educação Física e Saúde)
Ana Paula Helfer Schneider (Depto. de Biologia e Farmácia)
Isabel Pommerehn Vitiello (Depto. de Educação Física e Saúde)

Suplentes:

Vera Somavilla (Depto. de Enfermagem e Odontologia)
Claudia Maria Schuh (Depto. de Educação Física e Saúde)

Ciências Sociais Aplicadas:

Cassio Alberto Arend (Depto de Direito)
Yhevelin Guerin (Depto. de Comunicação Social)
Vania Amires Stiebbe Peiter (Depto. de Ciências Contábeis)

Suplentes:

Dorangela Retzke (Depto. de Ciências Administrativas)
Andrea Aparecida Konzen (Depto. de Letras)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Paula Camboim Silva de Almeida
Teresinha Eduardes Klafke
Edilene Vasconcelos Brun
Rosalice Silva Spies
Tanara Iser



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Paula Camboim Silva de Almeida.....5

SAÚDE NA RUA(?): MODOS DE (RE)PENSAR A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM SITUAÇÃO DE RUA ATRAVÉS DA PESQUISA-AÇÃO

Maria Luiza Adoryan Machado, Carolina Assmann, Karla Gomes Nunes.....6

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS DA MULHER AGREDIDA

Julia Patrícia Staub, Camila Conrad, Eduardo Ritt.....18

UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO CAÍ

Augusta da Motta Machado, Cidonea Machado Deponti, Silvio Cezar Arend.....30

ESTADO NUTRICIONAL E AÇÕES EDUCATIVAS COM ESCOLARES ACOMPANHADOS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Amanda Luisa Kessler, Ana Paula de Moraes, Carine Lima Ellwanger, Denise Wojahn de Lima, Francisca Maria Assmann Wichmann.....39

O JÚRI SIMULADO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO: TRABALHANDO EVOLUÇÃO COM TURMAS DE SÉTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Grazielle Cristina Thiesen, Monize Pappen Giovanaz, Tania Bernhard, Alexandre Rieger.....48

A INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE POR MEIO DA FITOTERAPIA

Ana M. M. Souza, Caroline M. Silva, Thaís R. Barbosa, Vanessa C. Hermes, Lia G. Possuelo, Lisoni M. Morsch, Chana M. Silva.....59

FÓRUM SOBRE DROGAS: ARTICULANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Taís Morgana dos Santos, Natália Sulzbach, Carina Ferreira dos Santos, Rayssa Madalena Feldmann, Evelin Helena Torrel, Marcia de Bastos Braatz, Daiane Carine Klein, Edna Linhares Garcia.....73



APRESENTAÇÃO

Paula Camboim Silva de Almeida

É com satisfação que a Universidade de Santa Cruz do Sul disponibiliza, mais uma vez, a publicação dos melhores trabalhos de ensino e extensão que concorreram ao Prêmio Honra ao Mérito do VIII Salão de Ensino e Extensão, no ano de 2017.

Todos os anos, através da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias – PROEXT, proporcionamos aos acadêmicos da instituição a oportunidade de apresentarem seus trabalhos de ensino e extensão. O Prêmio Honra ao Mérito destaca os melhores trabalhos, um por área de conhecimento. Assim, temos nesta edição três trabalhos premiados: Área de Ciências Humanas - ***Saúde na Rua(?): Modos de (Re)pensar a Saúde Mental da População que Vive em Situação de Rua através da Pesquisa-Ação***, de Maria Luiza Adoryan Machado, Carolina Assmann e Karla Gomes Nunes. Área de Ciências Sociais Aplicadas - ***Uma Experiência Tecnológica para a Agricultura Familiar no Vale do Caí***, de Augusta da Motta Machado, Cidonea Machado Deponti e Silvio Cezar Arend. Área das Ciências Biológicas e da Saúde - ***O Júri Simulado como Estratégia de Ensino: Trabalhando Evolução com Turmas de Sétimos Anos do Ensino Fundamental***, de Grazielle Cristina Thiesen, Monize Pappen Giovanaz, Tania Bernhard e Alexandre Krieger. Além dos premiados, apresentamos também mais quatro trabalhos, que receberam avaliação igual ou superior a 9,0 (nove).

Todos os trabalhos foram avaliados pelo Comitê de Avaliação dos Resumos/Trabalhos do VIII Salão de Ensino e de Extensão 2017. A nominata dos avaliadores encontra-se no início desta publicação.

Os trabalhos que compõem esta publicação foram avaliados segundo os seguintes critérios: participação comunitária; desenvolvimento da cidadania; impacto social; articulação entre ensino e extensão; relevância da aprendizagem para a formação do estudante; linguagem, redação técnica e formatação. Nesse sentido, pretendemos valorizar e estimular a indissociabilidade do ensino e da extensão e a formação de indivíduos solidários, livres e capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade preocupada com as necessidades de sua comunidade.

Boa leitura!



SAÚDE NA RUA(?): MODOS DE (RE)PENSAR A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO QUE VIVE EM SITUAÇÃO DE RUA ATRAVÉS DA PESQUISA-AÇÃO¹

Maria Luiza Adoryan Machado²

Carolina Assmann³

Karla Gomes Nunes⁴



1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é de identificar aspectos que permeiam a questão da saúde mental da população em situação de rua e das especificidades que emergem a partir de tal contexto. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em livros e artigos eletrônicos que discutem sobre os aspectos que contextualizam a realidade em estudo e das demandas existentes, além de consultar também a Política Nacional da Saúde Mental, conforme prevista na Lei nº 20.216, de 6 de abril de 2001, e a Política Nacional para a População em Situação de Rua, prevista no Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, pois entende-se que estes são documentos norteadores para a atuação de serviços de saúde e de assistência social para a implementação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua.

Foi utilizado o método da pesquisa-ação crítica enquanto ferramenta fundamental na construção coletiva de pistas que propõem novos olhares sobre a população em situação de rua, tendo em vista que

a pesquisa-ação exige uma estrutura de relação entre as(os) pesquisadoras(es) e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativo/coletivo. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do “conhecer” com os “cuidados”

1 Trabalho premiado na VIII edição do Prêmio Honra ao Mérito do VII Salão de Ensino e de Extensão da UNISC 2017.

2 Acadêmica do Curso de Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: mladoryan@mx2.unisc.br

3 Mestranda em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) – Bolsista PROSUC – CAPES. E-mail: carolinaassmann@gmail.com

4 Docente do Departamento de Medicina da PUC Minas. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: kgnpsico@yahoo.com.br

necessários para que haja reciprocidade/complementaridade por parte das pessoas e grupos implicados, que têm muito a “dizer e a fazer”. Não se trata de um simples levantamento de dados. (BALDISSERA, 2001, p. 6).

De acordo com Bordieu (1998, p. 23) é preciso pensar relacionalmente, isto é, construir um sistema coerente de relações que pode ser posto à prova como tal para colocar em suspenso o senso comum. Dessa forma, a partir de vivências realizadas através do presente estudo, sabe-se que pensar a realidade da população em situação de rua vai além do método de pesquisa adotado, pois as especificidades e modos de subjetivação encontrados nessa realidade demandam uma escuta e olhar sensível de quem está de fora da realidade. Ainda conforme o autor, conviver com a população em estudo é uma “construção real do aprendizado” e produzir coletivamente um “novo olhar” é aquilo a que se chama “ruptura epistemológica” (BOURDIEU, 1998, p. 49).

Sendo assim, foi realizada uma entrevista aberta com profissionais que atuam no Consultório na Rua de Santa Cruz do Sul (RS) para conhecer o serviço que, desde 2015, é um projeto-piloto, ou seja, “está em fase de testes”⁵ (fala do profissional entrevistado no dia 15/05/2017). Além disso, foi realizada uma intervenção no Albergue Municipal em que as/os estudantes promoveram um jantar coletivo entre as/os frequentadoras/es do serviço e uma oficina de desenhos e escritas. Essa oficina foi pensada como uma possível ferramenta para identificar os modos de subjetivação de pessoas que passaram por diversas situações na realidade de viver/estar em situação de rua e que têm muita história para contar, mas poucos espaços de trocas em que o sujeito é protagonizado e potencializado, pois

não tem gente querendo saber da nossa vida que não seja os próprios companheiros da rua [...] quem vive na rua já sabe como é, porque vive tudo meio igual [...] passa pelas mesmas situações, uns na pior e outros numa menos pior (fala de Pedro⁶ em jantar coletivo no dia 27/05/2017).

Tendo isto em vista, identificou-se que através da oficina de desenhos e escritas criou-se um espaço de fala em que o sujeito se sentiu ouvido e acolhido, expressando no papel histórias e demandas a partir de experiências nas ruas e de sonhos para o futuro. Além disso, a partir desse momento de trocas, surgiram debates e problematizações sobre a atuação de serviços de saúde e de assistência social, da repressão existente na realidade de rua, da exclusão social a partir de preconceitos da sociedade e das/os próprias/os profissionais que deveriam acolher e apoiar, e demais situações que emergem desta realidade e que configuram as demandas existentes na cidade em questão. Assim notou-se que a oficina serviu não somente como ferramenta de análise dos modos de subjetivação e de saúde mental de

5 Todas as falas das pessoas entrevistadas para a elaboração do presente estudo estarão em itálico para diferenciar de citações bibliográficas.

6 Todos os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios.



pessoas em situação de rua, mas também para aproximar as pessoas que estavam partilhando desse momento coletivo, no caso as/os frequentadores do albergue e as/os próprias/os alunas/os ali presentes, e da produção de saúde mental a partir dessas (con)vivências.

2 SAÚDE E REALIDADE DE RUA: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Sabendo que a realidade de rua é, aparentemente, permeada de limitações para se ter condições possíveis para uma saúde física e mental saudável e/ou adequada, partimos da seguinte questão proposta por Santana e Rosa (2016): Afinal, é possível se falar em Saúde Mental nas condições de vida na rua?

De acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008, p. 2), a população em situação de rua é um "segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos" e que "a existência de indivíduos em situação de rua torna patente a profunda desigualdade social brasileira" que "insere-se na lógica do sistema capitalista de trabalho assalariado, cuja pobreza extrema coaduna-se com seu funcionamento (NOVAK, 1997, apud BRASIL, 2008, p. 3).

Abrindo a discussão para pensar a saúde de forma mais ampla, sendo física e mental e independente de onde a pessoa vive, Santana e Rosa (2016, p. 40) apresentam que, no Brasil, a Saúde foi reconhecida como "direito de todos" na Constituição Federal em 1988. A partir de então, o acesso a ela passou a ser "universal e igualitário" e garantido por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, "a saúde foi definida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas o estado de ausência de doença" (WHO, 2014, apud SANTANA; ROSA, 2016, p. 40).

Antes dessa definição da OMS, quando falávamos em saúde, pensávamos apenas na saúde do corpo e olhávamos para o ser humano como podendo ter apenas dois estados: só saúde ou só doença; este é o modelo biológico que, apesar de antigo, ainda é muito presente na maneira como as pessoas enxergam saúde (SANTANA; ROSA, 2016, p. 42).

Pensando sobre a questão da saúde mental da população em situação de rua, a autora Santana (2014, p. 1798) afirma que

as condições de vida nas ruas (pouca longevidade, fragilidade dos vínculos sociais, violências, preconceitos, discriminações, falta de privacidade, carências de educação e de infraestrutura para os cuidados corporais) colaboram para o aparecimento e agravamento dos transtornos mentais que, por sua vez, podem ser um dos fatores que contribuem para que uma pessoa viva em situação de rua.

Como aponta Silva (2006, apud BRASIL, 2008), são comumente enumeradas várias espécies de fatores motivadores da existência de pessoas em situação de rua, tais como fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e



renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.), fatores biológicos (alcoolismo, drogadição, rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, perda de todos os bens, etc.), e outros diversos fatores. Ainda segundo a autora, está claro que se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal.

Também é visto que o uso problemático de álcool e/ou outras drogas faz parte da vida da maioria que está na realidade de rua e por diversas razões. Segundo Botti et al. (2009, p. 175), o álcool e as drogas fazem parte da realidade das ruas, seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua. As drogas lícitas e ilícitas possibilitam à pessoa em situação de rua a fuga da realidade, além de ser uma das poucas opções de prazer que a sua condição de vida lhe permite (RAIZER et al., 2007 apud SANTANA; ROSA, 2016, p. 29).

Entretanto, Rosa (2008, apud SANTANA; ROSA, 2016, p. 29) contextualiza que

o prazer é volátil, evapora com a cessação do efeito da droga. Sem ela, o indivíduo adquire novamente a consciência da sua situação – sente-se culpado por tê-la utilizado – e, novamente a usa para esquecer. O círculo só poderá ser rompido se o direito ao Atendimento Social e de Saúde for assegurado. Sozinho, dificilmente o indivíduo conseguirá romper com a drogadição.

Sabendo que “a situação de rua em si é um fator de risco para transtornos mentais” (SANTANA; ROSA, 2016, p. 58), não podemos generalizar de que todas as pessoas que vivem em situação de rua, independente da razão e do tempo que está em tal condição, é um usuário de álcool e/ou outras drogas.

Conforme visto em entrevista realizada com dois profissionais do Consultório na Rua de Santa Cruz do Sul (RS), temos alguns exemplos de pessoas que não fazem uso de álcool ou drogas e vivem em situação de rua há anos. Ou, de pessoas que fazem o uso de álcool somente nos finais de semana, pois durante a semana trabalham com catação de material reciclável. Assim como, pessoas que já fizeram o uso de álcool e/ou outras drogas e atualmente não usam mais, e que continuam na realidade de rua. São diversas as especificidades em tal realidade, e não é (somente) a rua o fator que remete ao uso ou não de álcool e/ou outras drogas, e sim do contexto que emerge para cada pessoa que faz da rua a sua morada, fonte de sustento, espaço de trocas, e das relações estabelecidas entre esta população e os serviços públicos de saúde e de assistência social.

Em relação à saúde mental, a Política Nacional de Saúde Mental (2001) dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. O Artigo 1º desta política dispõe que

[...] são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de



gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Santana e Rosa (2016, p. 71) apontam que, para a Saúde Mental, além dos comportamentos, devemos atentar a forma como uma pessoa expressa o que sente ou o que lhe incomoda. Ou seja, os autores apontam que os motivos pelos quais as pessoas procuram ajuda também muda, pois quando uma pessoa tem um transtorno mental, muitas vezes dizer que é preciso “ir ao médico” não faz sentido (SANTANA; ROSA, 2016, p. 71). Sendo assim, os autores apontam que “é importante explorar com a pessoa o que ela entende que está acontecendo com ela, e que tipo de ajuda ela acha que precisa. Isto é, quais os conceitos que ela tem em relação a seus problemas e até a seu transtorno”.

[...] muitas pessoas em busca de ajuda ou de um serviço veem na demonstração de raiva e agressividade uma forma de chamarem atenção para serem ouvidas [...]. Essas diferentes formas de expressar sofrimento dependem da cultura em que a pessoa se desenvolveu e em que continua vivendo, não podemos dizer que uma determinada maneira de comunicação é melhor ou mais evoluída que outra. O importante é estarmos atentos a mensagem por trás da dor ou da palavra para pensarmos nas melhores formas de cuidado a essa pessoa (SANTANA; ROSA, 2016, p. 72).

Sobre a promoção de Saúde, Santana e Rosa (2016, p. 51) colocam que a literatura existente é bastante focada em educação e informação aos profissionais atuantes, e preconiza que estes devem ajudar a promover uma mudança no indivíduo. Porém, segundo os mesmos autores, normalmente essa ideia parte do princípio que essa pessoa tem acesso ao que precisa (água encanada, boa cama, dinheiro para se alimentar etc.) e é apenas uma questão de fazer escolhas diferentes. Com a população em situação de rua, na maioria das vezes, não há escolha: deve-se dormir onde há local disponível, comer o que é oferecido e tomar banho quando der. Sabe-se, hoje em dia, que pessoas com melhor suporte social tem melhor saúde mental e menos transtornos mentais (SANTANA; ROSA, p. 51).

3 O CONSULTÓRIO NA RUA COMO PORTA DE ENTRADA PARA O SUS: UMA CONQUISTA SOCIAL

Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Santana e Rosa (2016, p. 23) apresentam que o SUAS concretiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nos cotidianos de trabalho, assim como inaugura um novo modelo de gestão, incorporando níveis de proteção social (Básica e Especial – média e alta complexidade) estruturados em uma matriz padronizada de serviços socioassistenciais, definidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ainda de acordo com os autores, tais serviços, assim como os benefícios socioassistenciais, materializam as seguranças sociais de acolhida, renda, convívio, autonomia e sobrevivência, assegurando



especificidade ao campo de atuação da Assistência Social na qualidade de Política Pública de Proteção Social no enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais vivenciados por famílias e indivíduos (SANTANA; ROSA, 2016, p. 23).

Para além de refletir sobre as possibilidades de abordagem e encaminhamentos entre as diversas políticas sociais, considerando as particularidades dos indivíduos e famílias, busca-se pautar a integralidade da atenção a população em situação de rua no acesso aos direitos sociais como eixo norteador das práticas profissionais. (SANTANA; ROSA, 2016, p. 24).

Neste processo de formação e ampliação da rede de assistência, ressaltamos a importância da organização e mobilização da população de rua no sentido de reivindicar seus direitos (SANTANA; ROSA, 2016, p. 31). Sabendo que desde a instituição do Dia de Luta da População de Rua, em 1991, é crescente a interlocução que essas pessoas vêm conseguindo perante o poder público e a sociedade civil. Destacamos a ação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Reciclados. Também temos, desde 1991, o jornal *O Trecheiro*, uma das principais iniciativas da Rede Rua de São Paulo, associada ao MNPR. A entidade passa a documentar e assessorar a comunicação de movimentos, entidades e grupos sociais e populares, por meio de fotografias, vídeos e textos, tendo como objetivo discutir a situação de rua de diversas formas, além de veicular a arte realizada pelos moradores de rua (SANTANA; ROSA, 2016, p. 31).

Santana e Rosa (2016, p. 51) afirmam que as ações de promoção da saúde (geral e mental) à população em situação de rua envolvem uma melhora dos próprios serviços de assistência social e de saúde, e deve haver uma facilitação do acesso a eles/as. De acordo com os autores, um exemplo para isso é a criação dos Consultórios na Rua, e graças a essa política de saúde, muitas pessoas em situação de rua passaram a ter acesso a cuidados em saúde, pensados inclusive, para solucionar problemas muito frequentes dessa população. Os Consultórios na Rua promovem saúde física e mental. Afinal, sentir-se assistido, saber que alguém se importa com você e com a melhora de sua doença muda a forma de olhar para si, e pode trazer um alívio (SANTANA; ROSA, 2016, p. 51).

De acordo com o Manual Sobre o Cuidado à Saúde Junto a População em Situação de Rua (2012, p. 11) o Consultório na Rua é considerado como porta de entrada prioritária no SUS para a população que vive em situação de rua.

Vale lembrar a necessidade de diferenciar o conceito de Consultório “de” Rua e Consultório “na” Rua, conforme visto no livro *Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da Assistência Social*:



Figura 1 - Consultório “de” e “na” Rua (SANTANA; ROSA, 2016, p. 51)**Não confunda Consultório de Rua e Consultório na Rua**

O Consultório de Rua surgiu em 1999, em Salvador, na Bahia como um projeto-piloto criado em decorrência da problemática de crianças e adolescentes que se encontravam na rua e sob uso problemático de drogas, e estava vinculado à Política Nacional de Saúde Mental (LONDERO et al., 2014). Já o Consultório na Rua são equipes de atenção básica, que atuam na perspectiva do cuidado integral aos sujeitos.

De acordo com entrevista realizada com o Consultório na Rua na cidade em questão, identificou-se que a maioria dos profissionais de saúde e de assistência social que trabalham diretamente com a realidade de quem vive em situação de rua, em diferentes serviços públicos, deixam transparecer a falta de preparação psicossocial em prestar algum atendimento/acolhimento com tal realidade. Ou seja,

[...] já passei por situações de largar o indivíduo para atendimento em um determinado serviço e, logo após o atendimento, o(a) profissional abrir as portas e janelas do local e ficar acionando o “Bom Ar” para tirar o mau-cheiro, na frente de outros pacientes (fala do profissional entrevistado no dia 15/05/2017).

Mediante tal cenário na cidade em questão, que implica diretamente na constante exclusão social da população em situação de rua, um estudo realizado na cidade de São Paulo (SANTANA; ROSA, 2016, p. 33) constata alguns dos principais implicadores na implementação de políticas que deem conta das demandas nas ruas, sendo: número reduzido de profissionais qualificados, poucas estratégias de busca ativa e identificação de casos novos, serviços com horário de funcionamento restrito e com critérios de exclusão evidentes no acesso, barreiras institucionais e a falta de coordenação do cuidado.

Identificou-se que os dados apontados no estudo citado anteriormente também podem ser considerados na realidade de Santa Cruz do Sul (RS), pois a partir dos momentos de convivência adquiridos com a pesquisa-ação crítica, em que as/os estudantes aproximam-se da atuação de serviços e, assim, “olham de perto” as estratégias (ou, a falta de) que as/os profissionais desenvolvem na rotina dos serviços que atuam diretamente com a realidade de rua, é possível não somente identificar aspectos que contextualizam a atuação desses serviços, mas também de como a população em situação de rua compreende tal situação:



[...] eu não confio em ninguém que trabalha aqui, eu venho pra comer, tomar banho e dormir, porque isso aqui é pra nós que tamo na rua [...] eu e meu companheiro passamos por paredão todo domingo, é sagrado, e eles fazem o que querem, chegam com uns cachorrão, choque e porrete, não tão nem aí [...] já fui e voltei do CAPS AD não sei quantas vezes, mas não adianta, eu não quero (fala de Ana em janta coletiva no dia 27/05/2017).

De uma forma geral, o Consultório na Rua vem propiciando novas configurações de redes assistenciais e, conseqüentemente, novos desafios à efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois prevê o deslocamento dos profissionais e da própria estrutura de assistência para fora da zona de conforto das estratégias de cuidado domiciliar, ocasionando estranhamento por situações observadas e sentidas para as quais nem sempre as equipes têm respostas (SANTANA; ROSA, 2016, p. 31).

4 A (CON)VIVÊNCIA ENQUANTO POTENCIALIDADE DE PESQUISA

A partir dos momentos de convivência entre as/os estudantes, profissionais de serviços públicos e pessoas em situação de rua da cidade de Santa Cruz do Sul (RS) foi possível identificar a importância a ser dada para o método adotado para tal trabalho. Sabendo que a sensibilidade em relação ao outro torna-se essencial na captação de aspectos ocultos (ou não) na realidade de pesquisa, Londero et al. (2014) também aponta que “parece necessário desenvolver certa sensibilidade de acolhimento para conectar a subjetividade do usuário, mesmo que sem palavras”. Ou seja, a partir dos momentos coletivos promovidos para a problematização de questões que emergem da realidade em questão, e da criação de espaços para a manifestação dos modos de subjetivação e das trocas entre os sujeitos, neste caso, a realização de uma oficina de desenhos e escritas, Rocha e Aguiar (2004, p. 65) apontam que

tais experiências caminham no sentido da articulação entre teoria/prática e sujeito/objeto, na medida em que o conhecimento e a ação sobre a realidade se fará na investigação das necessidades e interesses locais, na produção de formas organizativas e de uma atuação efetiva sobre essa realidade.

Conforme visto na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008, p. 4), a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. É preciso desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000, apud BRASIL, 2008, p. 4) conceitua como “circulação entre espaços e papéis sociais”.



Tal desconstrução parte da conscientização do que a rua realmente representa, das potencialidades dos sujeitos que (res)significam este espaço que é estigmatizado pelo senso comum, e da emergência de levar tal discussão para dentro de diferentes espaços.

Sabendo que o estigma é o principal disparador de preconceito físico e psicológico contra a população em situação de rua, Goffmann (1988) discorre em sua obra intitulada *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* que o estigma é definido como um “aspecto negativo (desprezível) que torna o indivíduo diferente, em desvantagem, diminuído”, e assim, estigma e preconceito são termos frequentemente relacionados às pessoas em situação de rua dadas as suas “anormalidades” mediante as normas sociais.

Considerando que somente dois das/os seis estudantes envolvidos neste estudo já haviam realizado pesquisas acadêmicas sobre a realidade da população em situação de rua, além de experiências a partir das ações do Coletivo RUAS⁷, notou-se que os demais estudantes passaram pelo momento inicial de quebra com preconceitos sobre tal questão; e acredita-se que somente através da convivência com tal realidade é que é possível enxergar a situação de rua além dos estigmas e preconceitos socialmente construídos e reproduzidos.

Além disso, a proposta da oficina de desenhos e escritas foi identificada não somente como uma forma de aproximação das/os estudantes com tal população, mas também como ferramenta para a produção de modos de subjetivação e saúde mental. Por isso, esta intervenção passou a ser considerada e potencializada a partir do momento em que se identificou que as/os frequentadoras/es do Albergue Municipal ficavam sem ter o que fazer até que o jantar fosse servido.

De acordo com Santana e Rosa (2016, p. 56), sabe-se hoje que atividades criativas ajudam pessoas de alta vulnerabilidade social a controlarem o estresse e a raiva, a desenvolverem habilidades sociais, além de serem recreativas num ambiente onde o tédio se faz presente.

Pensando nas atuações junto à população em situação de rua de forma geral, sabe-se que os vínculos são inclusivos, importantes não tanto em programas e projetos, mas no existir para o outro (BRASIL, 2012). A população de rua está cansada de ser tratada de maneira fria e tecnicista, não se estabelece vínculo que humaniza em atendimento compartimentalizado onde a pessoa é encaminhada, e não acompanhada, onde se transforma em dados, fichas e deixa de ser o que é: pessoa; pessoa em um emaranhado existencial que nem sempre é possível decifrar, mas que é possível compreender, aos poucos (BRASIL, 2012).

7 O Coletivo RUAS (Resistências Urbanas = Aprendizados Subversivos) é um espaço de fala e escuta criado em 2015 por pessoas em situação de rua, estudantes e professoras/es da UNISC e comunidade em geral, com o objetivo de trabalhar com questões relacionadas à realidade de rua na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) através da pesquisa-intervenção. Para mais informações acerca da atuação do Coletivo RUAS acessar: www.facebook.com/coletivoruas. Produções bibliográficas sobre o Coletivo RUAS ler: MACHADO, M. L. A.; MAIA, G. F. da. “Não querem me enxergar, mas eu existo”: a problematização da população em situação de rua na cidade de Santa Cruz do Sul.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas que vivem em situação de rua têm origens variadas. Por isso, conforme visto em Santana e Rosa (2016, p. 78),

é importante que os profissionais que atendam essas pessoas tenham consciência de que diferenças culturais, a história de vida, as crenças e os valores vão afetar a forma como ela acessa e se relaciona com os serviços prestados. É igualmente importante saber que a cultura, experiências, valores e crenças dos profissionais vão interferir na sua forma de atendimento. Ser um profissional culturalmente competente significa ser sensível e consciente de que os valores culturais estruturam a forma como o serviço é oferecido e a relação que a pessoa atendida constrói com esse serviço.

Pensando na importância que deve ser dada às especificidades da população em situação de rua, que, aparentemente, são diferentes de alguns costumes socialmente naturalizados e reproduzidos, ficar sem tomar banho por muitos dias pode ser considerado inadequado para a maioria das pessoas, porém, isto pode ser cotidiano para pessoas em situação de rua, por isso pode não apresentar a mesma relevância para esse grupo (SANTANA; ROSA, p. 70).

Sabe-se que “ainda há muito o que se fazer na articulação intersetorial para atender integralmente as necessidades da população em situação de rua” (SANTANA; ROSA, 2016, p. 33). Os mesmos autores afirmam que assim como os conceitos que fundamentam as áreas da Saúde e Assistência Social se inter cruzam na efetivação das políticas públicas, as ações desenvolvidas pelos profissionais, cada qual com seus saberes e campos disciplinares específicos, também devem se relacionar em torno de objetivos compartilhados. Por isso,

a prática deve ter como foco a identificação das reais necessidades e demandas das pessoas em situação de rua, as capacidades e possibilidades da rede, os recursos disponíveis, as necessidades e ofertas de serviços específicos, e melhorias na qualidade e humanização do cuidado oferecido. Apenas juntos e de forma harmoniosa teremos melhores condições de lidar com cenários tão complexos. (SANTANA; ROSA, 2016, p. 33).

Londero et al. (2014) também defendem que há extrema necessidade na criação de diferentes vias de interlocução entre as instituições e as opiniões e saberes das populações com que se trabalhe. Por isso, a partir do presente trabalho, foi possível apontar a potencialidade identificada a partir do método de pesquisa-ação crítica e do uso de ferramentas que protagonizam o sujeito e as suas demandas. Assim como, a criação de espaços de fala de duas vias, ou seja, em que os serviços atuantes apresentem as suas demandas, anseios e questões, e os/as usuários/as também o façam e que se sintam protagonistas de suas histórias.



De forma geral, constatou-se que há amplo referencial bibliográfico acerca da realidade da população em situação de rua em nível nacional, mas que há uma lacuna sobre tal contexto no município de Santa Cruz do Sul (RS), e acredita-se que há extrema necessidade de discutir, problematizar e desconstruir os estigmas que moldam a figura que vive em situação de rua.

Conforme visto em estudo realizado por Machado e Maia (2016), faltam produções acadêmicas e discussões em diferentes espaços sobre a realidade da população em situação de rua na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Por isso, há um certo esforço na elaboração de pistas que deem conta das especificidades de tal realidade para não generalizar dados e também “para não deixá-los escaparem por entre os dedos” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 8).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. S. et al. **Conhecimento: uma aventura interdisciplinar no ensino e na extensão da UNISC** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. Disponível em: <<http://www.unisc.br/edunisc>>. Acesso em: 06 out. 2017.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir”. **Sociedade em debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, agosto. 2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOTTI, N. C. L. et al. Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 162-176, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1141/1383>>. Acesso em: 22 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília: 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília: 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

LONDERO, M. F. P.; CECCIM, R. B.; BILIBIO, L. F. S. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. **Interface: Comunicação, saúde e educação**, São Paulo, v. 18, n. 49, p. 251-260, 2014.

MACHADO, M. L. A.; MAIA, G. F. da. “Não querem me enxergar, mas eu existo”: a problematização da população em situação de rua na cidade de Santa Cruz do Sul. In: ALMEIDA, P.C.S. et al. (Org.). **Conhecimento: uma aventura interdisciplinar no Ensino e na Extensão da Unisc**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, v. 1, p. 64-72.



ROCHA, M. L. da.; AGUIAR, K. F. de. Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-08032003000400010&script=sci_abstract>. Acesso em: 06 out. 2017.

SANTANA, C. Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem a saúde da população de rua. **Cadernos de Saúde Pública**: Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p. 1798-1800, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000801798&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 22 out. 2017.

SANTANA, C. L. A. de.; ROSA, A. da S. (Org.). **Saúde mental das pessoas em situação de rua: conceitos e práticas para profissionais da Assistência Social**. São Paulo: Epidaurus Medicina e Arte, 2016.

SILVA, M. L. L. da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: 2008.



ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS DA MULHER AGREDIDA

Julia Patrícia Staub¹

Camila Conrad²

Eduardo Ritt³



1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica e familiar é, infelizmente, muito frequente em nossa sociedade, sendo decorrente da desigualdade social existente entre homens e mulheres. Tem-se que ainda subsiste o pensamento de que a mulher é um ser inferior, devendo acatar as ordens dos homens.

A relação de desigualdade entre o homem e a mulher – realidade milenar que sempre colocou a mulher em situação de inferioridade, impondo-lhe obediência e submissão – é terreno fértil à afronta de direitos fundamentais (DIAS, 2015).

Assim, a Lei Maria da Penha surge com o intuito de proteger as mulheres, prevendo direitos e garantias para que seus direitos fundamentais sejam respeitados. Dessa forma, para segurar a aplicação de tais direitos e garantias, foram previstas no referido diploma legal as medidas protetivas, que visam garantir a segurança da vítima, impedindo a reiteração de condutas criminosas, assim como garantindo a liberdade da vítima, protegendo-a para que possa viver livre do domínio de seu agressor.

Ademais, o presente artigo ressalta a existência do Projeto de Extensão da Universidade de Santa Cruz intitulado “Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar - Direitos e Garantias Legais da Mulher Agredida”. O projeto tem como objetivo atender as vítimas de violência doméstica e familiar, orientando-as sobre seus direitos e garantias previstos na Constituição Federal, Lei Maria da Penha e demais legislações estaduais. Dessa forma, a partir da informação das vítimas sobre os referidos diplomas legais, especialmente com relação à Lei Maria da Penha e a aplicação das medidas

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNISC. Email: julia_staub@hotmail.com.

² Acadêmica do Curso de Direito da UNISC. Email: milaconrad@gmail.com.

³ Docente do Departamento de Direito da UNISC. Mestre em Direito pela UNISC. Promotor de Justiça Criminal no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: eduardoritt@mp.rs.gov.br.

protetivas previstas, torna-se mais fácil que decidam procurar os órgãos responsáveis para registrar a ocorrência sofrida, punindo o seu agressor e permitindo que viva de forma segura, sem violação a sua integridade física e psicológica.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

A violência cometida contra a mulher é um fenômeno histórico que já dura milênios, pois a mulher sempre foi tida como um ser sem expressão, uma pessoa que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Ela não podia sequer expor o seu pensamento e era obrigada a acatar ordens que, primeiramente, vinham de seu pai e, após o casamento, de seu marido (MELLO, 2007 citada por RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009).

Assim, com o fim de combater a desigualdade existente, a Constituição Federal de 1988 garantiu tratamento isonômico entre os homens e as mulheres, afirmando em seu art. 5º, inciso I, que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Entretanto, apesar de todos os avanços para a equiparação entre o homem e a mulher feitos pela Carta Magna, a ideologia patriarcal ainda subsiste a todas essas conquistas. A desigualdade sociocultural é uma das razões da discriminação feminina, e, principalmente, de sua dominação pelos homens que se consideram como sendo seres superiores e mais fortes. Eles passam a considerar o corpo da mulher, como também sua vontade, como sendo sua propriedade (DIAS, 2007 citada por RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009).

Veja-se que, conforme leciona Dias (2007, p. 32):

A violência doméstica está ligada, frequentemente, tanto ao uso da força física, psicológica ou intelectual, no sentido de obrigar outra pessoa a fazer algo que não quer. Ou seja, impedir que ela manifeste sua vontade, tolhendo sua liberdade, é considerada uma forma de violação dos direitos essenciais do ser humano.

Então, com o fim de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criada a Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

Importante destacar a origem do "nome" da referida lei, que encontra a sua razão de ser em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica que culminou com duas tentativas de homicídio por parte de seu marido, Marco Antonio Herradia. Na primeira tentativa de matar Maria da Penha, seu marido realizou um disparo com arma de fogo nas costas da mesma, deixando-a paraplégica. Ainda, em segunda oportunidade, Herradia tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho (LIMA, 2009).

Ademais, segundo Dias (2015), as agressões sofridas por Maria da Penha não ocorreram de repente. Durante o casamento a mesma sofreu diversas agressões, não tendo reagido por medo de represálias. Somente após duas tentativas de assassinado



tomou coragem para fazer uma denúncia pública. Durante o casamento, Maria da Penha chegou a denunciar as agressões sofridas, mas como as providências necessárias não foram tomadas, chegou a ficar com vergonha e pensar que o agressor tinha razão naquilo que fazia. Entretanto, a mesma não se calou e, em face da inércia da Justiça, juntou forças para escrever um livro, unir-se ao movimento de mulheres e manifestar sua indignação contra a violência doméstica.

As investigações dos crimes iniciaram em junho de 1983, sendo a denúncia contra Herradia oferecida em setembro de 1984. Após, somente em 1991, o réu foi condenado pelo tribunal do júri a oito anos de prisão, tendo recorrido da decisão em liberdade e, um ano depois, foi anulado o julgamento. Somente em 1996 foi levado a novo julgamento, sendo-lhe imposta a pena de dez anos e seis meses de prisão. Novamente o réu recorreu na decisão em liberdade, sendo preso 19 anos e 6 meses após os fatos. Herradia cumpriu dois anos de prisão, sendo liberado em 28 de outubro de 2002 (DIAS, 2013).

Gize-se que, conforme os ensinamentos de Dias (2013), a repercussão da história de Maria da Penha Maria Fernandes foi de tal ordem que o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM formalizaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. A comissão chegou a solicitar informações ao governo brasileiro por quatro vezes, não obtendo resposta, até que, em 2001, o Brasil foi condenado internacionalmente ao pagamento de indenização no valor de 20 mil dólares em favor de Maria da Penha, além de responsabilizar o Estado brasileiro por negligência e omissão frente a violência doméstica, conforme Relatório n. 54 da OEA. Assim, foi *recomendando* que o Brasil adotasse várias medidas, entre elas a simplificação dos procedimentos judiciais penais com o intuito de reduzir o tempo processual. A indenização consistente no valor de 60 mil reais foi paga a Maria da Penha em julho de 2008, pelo governo do Estado do Ceará, em uma solenidade pública, com pedido de desculpas. Finalmente, o Brasil resolveu dar cumprimento às convenções e tratados internacionais sobre violência contra a mulher do qual é signatário.

Infelizmente, situações de violência doméstica semelhantes à de Maria da Penha são vivenciadas por diversas mulheres todos os dias, algumas em níveis mais graves e outras em menos. Nesse sentido, a violência cometida contra a mulher é comprovada por estatísticas apresentadas por ONG's e órgãos públicos.

Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde, a maioria da violência cometida contra a mulher ocorre dentro do próprio lar ou junto à família, sendo o agressor o companheiro atual ou o anterior. E o pior: as mulheres agredidas ficam, em média, convivendo durante um período não inferior a dez anos com seus agressores (DIAS, 2015).

Observa-se que somente se começou a levantar o número de homicídios femininos em 1980. Nos últimos trinta anos, foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, sendo 43 mil só na última década. Importante ressaltar que com o advento da Lei Maria da Penha, foram reduzidos 10% da taxa de homicídios dentro das residências, o que indica que a lei contribuiu para evitar milhares de casos de violência doméstica (DIAS, 2015).



Dessa forma, nota-se que os índices de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil são altos: dos relatos de violência registrados na Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, somente no primeiro semestre de 2016, 12,23% (67.962 denúncias) corresponderam a situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Destas, 34.701 corresponderam a denúncias de violência física (51,06%), 21.136 de violência psicológica (31,10%), 4.424 de violência moral (6,51%), 1.311 de violência patrimonial (1,93%), 2.922 de violência sexual (4,30%), 3.302 de cárcere privado (4,86%) e 163 envolvendo tráfico (0,24%) (Portal Brasil, 2016, <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>>).

Os estudos também demonstram que a violência acontece com frequência e se prolonga por anos de relacionamento, inclusive atingindo os filhos das vítimas. No tocante ao tempo de relação da vítima com o agressor ou agressora, as relações acima de 5 anos corresponderam a 56% dos registros. Em 77% dos casos a violência ocorre com uma frequência muito alta, visto que em 42,93% dos casos a violência é diária e em 34,05% é semanal. Ainda, a violência afeta também os filhos das vítimas: 80% delas possuem filhos ou filhas, desses, 64,35% presenciaram a violência e 18,74% também sofreram agressões (Compromisso e Atitude, 2015, <<http://www.compromissoeatitude.org.br/ligue-180-quase-20-mil-denuncias-encaminhadas-em-2014/>>).

Os dados nacionais de violência contra mulher foram extraídos do Portal COMPROMISSO E ATITUDE (<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contras-mulheres/>). O Portal COMPROMISSO E ATITUDE é uma importante ferramenta da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte, uma ação com o objetivo de mobilizar a sociedade e engajar os Operadores do Direito na efetiva aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que visa prevenir, coibir e punir a violência doméstica contra a mulher.

Também são altos os índices de violência contra mulher no Rio Grande do Sul, possíveis de serem acessados através do Portal Observatório da Violência Contra Mulher, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul. De acordo com tais dados, das ocorrências policiais no estado, durante o ano de 2016, 41.118 envolveram ameaça, 22.595 envolveram lesão corporal, 1.425 envolveram estupro, 96 envolveram feminicídios consumados e 263 envolveram feminicídios tentados (SSP-RS, 2016, <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=261>>).

O Portal Observatório da Violência contra a Mulher realiza o registro e monitoramento de dados da violência contra a mulher no Rio Grande do Sul. Também produz e analisa estudos e estatísticas criminais para subsidiar a implementação de políticas transversais que resultem na redução dos índices de violência. O setor trabalha com enfoque em ameaça, lesão corporal, estupro, feminicídio - quando há envolvimento afetivo entre a vítima e o agressor - consumado e feminicídio tentado. Os índices são atualizados diariamente e as informações são repassadas todas as semanas para a Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto-Geral de Perícias e Susepe.

Sabe-se, ainda, que em Santa Cruz do Sul os números de casos de violência doméstica e familiar também são altos e preocupam. De janeiro a outubro de 2015, por exemplo, foram registrados na Polícia 1.362 casos de violência doméstica contra



mulher, mais 578 ocorrências policiais com pedido de medidas protetivas (Redação Portal Gaz, 2016, <http://gaz.com.br/conteudos/regional/2016/03/01/67458-radio_gazeta_prepara_evento_para_homenagear_mulheres.html.php>).

Já entre janeiro e setembro de 2016 foram registrados 1.043 casos de violação dos direitos das mulheres no município. Destaca-se que a grande maioria dos fatos registrados envolve ameaças e lesões corporais. Entretanto, durante o mesmo período foram registradas seis mortes de mulheres, envolvendo violência doméstica e familiar. Os índices são altos, visto que impressionam ainda mais ao analisar-se dados gerais de todo o Brasil: a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas, e a cada dia são assassinadas onze mulheres (Redação Gazeta do Sul, 2016, <http://http://gaz.com.br/conteudos/policia/2016/11/26/84761-pelo_menos_tres_casos_de_violencia_domestica_sao_registrados_por_dia.html.php>).

Com relação aos pedidos de ajuda realizado pelas mulheres agredidas, observa-se que são mais frequentes (de metade a 2/3 dos casos) após ameaças ou violências físicas, com destaque para as mulheres que recorrem às mães, irmãs e outros parentes. Entretanto, em nenhuma das modalidades as denúncias ultrapassam 1/3 dos casos (DIAS, 2015).

Ainda que tais dados sejam surpreendentes, os números não retratam a realidade, pois a violência é subnotificada. É o que se chama de “cifras negras”. As vítimas, em virtude da crença na impunidade, além do temor, não denunciam a violência que sofrem. Tem-se que somente 10% das agressões sofridas por mulheres são levadas ao conhecimento da polícia. Torna-se difícil para as vítimas denunciar alguém que reside sob o mesmo teto, com quem se tem um vínculo afetivo e filhos em comum e que, não raro, é o responsável pela subsistência da família (DIAS, 2015).

Dessa forma, mostra-se extremamente relevante que as vítimas de violência doméstica e familiar saibam dos seus direitos, garantias e meios de proteção. A proposta do projeto de extensão intitulado ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – DIREITOS E GARANTIAS DA MULHER AGREDIDA é, justamente, no sentido da necessidade de ocorrer esclarecimentos e acompanhamento das vítimas de violência doméstica com relação a seus direitos e garantias jurídico-constitucionais, tanto nos reflexos penais, como também no direito de família, abrigo e proteção da vítima e de sua família, com o fim de conscientizar as ofendidas a procurar a ajuda necessária, prestando informações sobre os seus direitos e meios de proteção.

3 PROJETO DE EXTENSÃO: ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – DIREITOS E GARANTIAS LEGAIS DA MULHER AGREDIDA

Diante da gravidade dos delitos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como em virtude dos altos índices desse tipo de violência, conforme dados supra citados, foi criado o projeto de Extensão intitulado “Violência Doméstica e Familiar – Direitos e Garantias Legais da Mulher Agredida”.

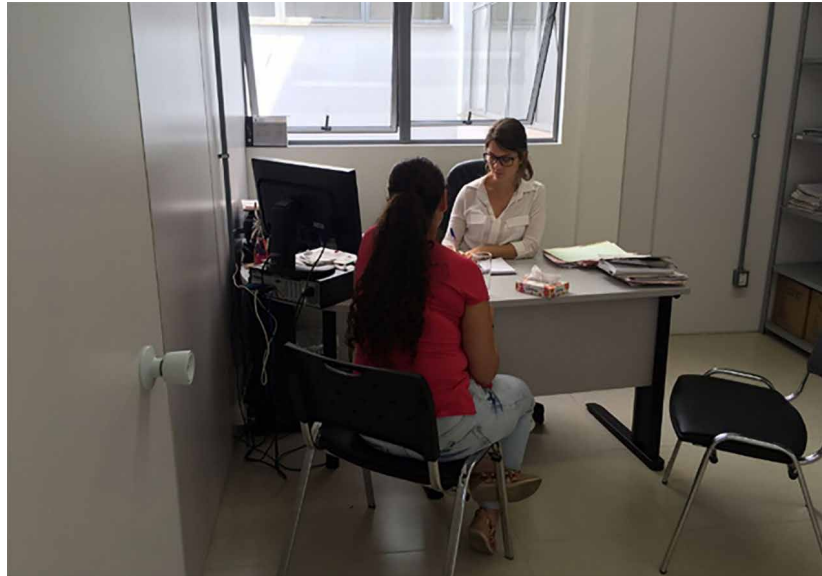
A atividade do grupo de extensão consiste especificamente em atender as vítimas de violência doméstica buscando auxiliá-las na orientação quanto a seus direitos, previstos na Constituição Federal, Lei Maria da Penha, e nas demais



determinações infraconstitucionais, tanto na legislação estadual como municipal.

Os atendimentos são realizados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Santa Cruz do Sul, sendo as ofendidas atendidas separadamente e com especificações inerentes a cada caso apresentado, tendo-se um cuidado com o uso da linguagem coloquial com o objetivo de propiciar um entendimento satisfatório por parte do receptor.

Figura 1 – Local de atendimento na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher



Fonte: Da equipe, 2017.

Figura 2 – Local de Atendimento na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento



Fonte: Da equipe, 2017.



Assim, como objetivo principal, o Grupo de Extensão visa desenvolver junto à Comunidade local o projeto de extensão para fins de apoio e esclarecimento às vítimas de violência doméstica, de seus direitos e garantias constitucionais.

Nota-se que é de suma importância que as vítimas, para que busquem o auxílio necessário para coibir as agressões, tenham conhecimento sobre as formas de violência previstas na Lei Maria da Penha, os casos que são abrangidos pela mesma e das medidas protetivas que buscam garantir sua segurança e evitar novas violências.

Além de buscar garantir que as ofendidas compreendam seus direitos e deveres previstos na Lei Maria da Penha, também se busca oferecer orientações jurídicas diversas a respeito de situações que são consequência da violência sofrida, como informações sobre como proceder com relação à guarda dos filhos, pensão alimentícia, divórcio ou dissolução de união estável, consequências jurídicas criminais, bem como informando sobre a possibilidade de atendimento no Gabinete de Assistência Judiciária (GAJ) da UNISC e na Defensoria Pública do Estado.

Ora, as mulheres agredidas estão em situação de vulnerabilidade, necessitando de orientações adequadas para compreenderem os seus direitos e meios de proteção.

Importante ressaltar também que, a partir do Projeto de Extensão intitulado Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar - Direitos e Garantias Legais da Mulher Agredida, pode-se concluir:

- a) Que a violência doméstica contra mulher é algo comum na nossa sociedade e está longe de ser resolvido, ocorrendo em todas as classes da sociedade;
- b) Que a violência está mais profundamente relacionada com a pobreza e ignorância das mulheres e de seus familiares;
- c) Que a violência ainda não é percebida na sociedade como um problema a ser enfrentado, sendo mitigado por boa parte da população;
- d) Que as mulheres necessitam de apoio social e estatal para superar a violência;
- e) Que ainda falta uma maior estrutura de apoio às mulheres na superação da violência, inclusive nas repartições policiais;
- f) Que as Universidades, como centros de conhecimento e excelência, devem participar ativamente na superação do paradigma de violência, estimulando acadêmicos e profissionais a agirem contra tal realidade.

Assim, mostram-se relevantes as atividades desenvolvidas no projeto, tanto por auxiliarem as mulheres agredidas, aumentando a visibilidade da violência doméstica, quanto por proporcionarem um crescimento dos estudantes envolvidos como cidadãos.

Com relação aos atendimentos realizados pelo projeto de extensão, durante os meses de abril a outubro de 2017 as bolsistas realizaram 79 (setenta e nove) atendimentos às vítimas de violência doméstica e familiar.

Em cada atendimento realizado é feito um relatório contendo a qualificação da vítima, um resumo do fato e a orientação dada à mesma. Os gráficos a seguir



ilustram os dados obtidos a partir dos atendimentos:

Figura 3 – Gráfico com o índice de fatos delituosos atendidos pelo projeto



Fonte: Planilha de controle de dados. Referência: abril a outubro/2017.

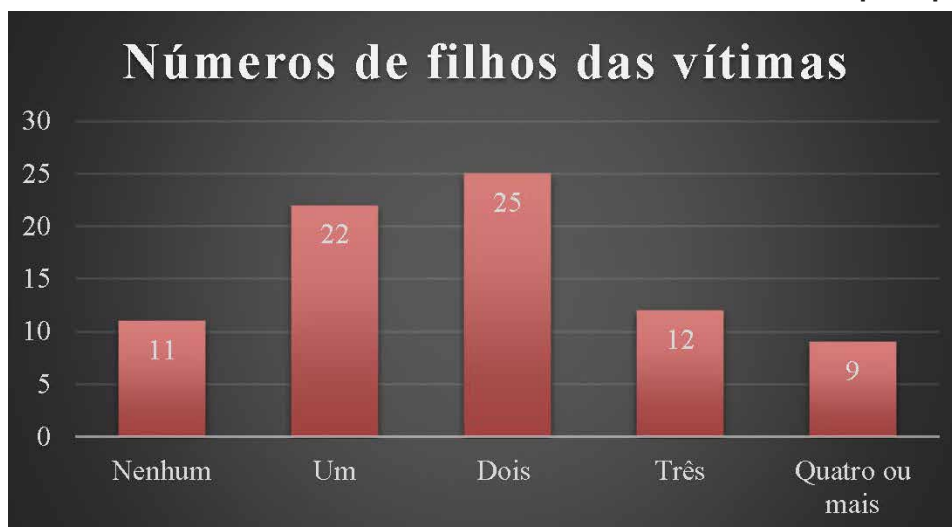
Figura 4 – Gráfico com a idade das vítimas atendidas pelo projeto



Fonte: Planilha de controle de dados. Referência: abril a outubro/2017.



Figura 5 – Gráfico com o número de filhos das vítimas atendidas pelo projeto



Fonte: Planilha de controle de dados. Referência: abril a outubro/2017.

Figura 6 – Gráfico com a escolaridade das vítimas atendidas pelo projeto



Fonte: Planilha de controle de dados. Referência: abril a outubro/2017.

Dessa forma, a partir de tais dados, pode-se concluir que o projeto atendeu vítimas de violência doméstica e familiar de todas as idades e escolaridades, assim como com grande variação no que diz respeito ao número de filhos, acabando com a ideia erroneamente difundida de que apenas mulheres pobres e de baixa escolaridade sofrem esse tipo de violência.

Infelizmente a violência contra a mulher se trata de um grave problema social que atinge mulheres de todas as raças, escolaridades e idades.

Ainda, nos momentos em que as bolsistas do projeto não estão realizando atendimentos, é feito contato telefônico com as vítimas de violência doméstica que já registraram ocorrência policial e tiveram o procedimento instaurado, com o fim de saber como está atualmente a situação da vítima e se voltaram a ocorrer novos fatos



delituosos, demonstrando interesse em seus problemas com o fim de que a mesma se sinta acolhida para que, sempre que necessário, procure a autoridade policial para registrar ocorrência. Durante os meses de abril a outubro de 2017 foram realizados 125 (cento e vinte e cinco) contatos telefônicos com vítimas de violência doméstica e familiar.

Portanto, nota-se que o projeto de extensão tem atendido grande número de mulheres, realizando atendimentos com o intuito de que as vítimas se sintam à vontade e tirem todas as dúvidas necessárias, especialmente com relação aos direitos e garantias da Lei Maria da Penha, com o fim de que procurem o auxílio sempre que ocorra algum tipo de violência, para que se protejam dos agressores e possam viver suas vidas seguras, tendo respeitados seus direitos humanos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O advento da Lei Maria da Penha foi de imensa importância para o combate da violência doméstica e familiar contra a mulher, pois passou a tratar qualquer crime praticado no âmbito doméstico e familiar perpetrado contra a mulher com maior severidade. Afastou a competência dos Juizados Especiais Criminais deixando claro que crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher não são crimes de menor potencial ofensivo. Assim, reconhecemos que a Lei Maria da Penha é o principal instrumento na busca pelo fim da violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.

O que se constata é que, diante da própria violência doméstica, a vítima ainda não tem conhecimento dos direitos e das garantias que a lei determina. Assim, faz-se necessário um atendimento e orientação jurídica, tanto na área criminal, como também na área de direito de família, ou seja, nos principais reflexos que a referida violência traz.

Em apoio ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, o Grupo de Extensão ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – Direitos e Garantias Legais da Mulher Agredida – possibilita um atendimento prévio na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher e na Delegacia de Pronto Atendimento de Santa Cruz do Sul, para que seja possível identificar qual é de fato a necessidade da mulher que busca ajuda.

A importância das Delegacias Especializadas reside, em especial, em suas atribuições judiciais, já que as mesmas foram concebidas com a função de investigação, combate e (re)socialização das mulheres vítimas de violência de gênero, como um lugar privilegiado e diferenciado de atendimento às mulheres. É na Delegacia Comum ou na Delegacia da Mulher (DEAM), que é feito o registro do Boletim da Ocorrência (BO) contra seu agressor. No imaginário feminino as delegacias, simbolicamente, são ainda o espaço da garantia de direitos e do acesso à justiça. É lá que se busca em primeiro lugar o acolhimento para suas queixas e denúncias. Compreender essa função simbólica é fundamental para lidar com a complexidade da violência contra as mulheres.

Sendo o primeiro lugar onde a vítima procura proteção, apoio e assistência, o trabalho deve ser feito com toda atenção e proteção à vítima, ao entrevistá-la,



fazendo os encaminhamentos necessários, como direcioná-la para exame de corpo de delito, ou para verificar se a agressão se encaixa no tipo penal, se se trata de uma orientação para saber de seus direitos perante filhos e patrimônio, ou apenas um encaminhamento para separação.

Assim, identificado a real necessidade da mulher que chega até as Delegacias, é possível passar a devida orientação e apoio jurídico a elas, encaminhando-as, se necessário, à autoridade competente para possível lavratura da comunicação policial.

O que se constata é que diante da própria violência doméstica, a vítima ainda não tem conhecimento dos direitos e das garantias que a lei determina. Assim, faz-se necessário um atendimento e orientação jurídica, tanto na área criminal, como também na área de direito de família, ou seja, nos principais reflexos que a referida violência traz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 11.340, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

COMPROMISSO E ATITUDE. Dados e estatísticas sobre violência contra as mulheres. Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-e-estatisticas-sobre-violencia-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **A Lei Maria da Penha na justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher**: no homicídio privilegiado e a violência doméstica. São Paulo: Atlas, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS-OEA. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Belém-PA, 1994.

PORTAL BRASIL. Ligue 180 registra mais de 555 mil atendimentos este ano. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/08/ligue-180-registra-mais-de-555-mil-atendimentos-este-ano>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

PORTAL GAZ. Rádio Gazeta prepara evento para homenagear mulheres. Disponível em: <http://gaz.com.br/conteudos/regional/2016/03/01/67458-radio_gazeta_prepara_evento_para_homenagear_mulheres.html.php>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. Pelo menos três casos de violência doméstica são registrados por dia. Disponível em: <<http://gaz.com.br/conteudos/policia/2016/11/26/84761-pelo>>



menos_tres_casos_de_violencia_domestica_sao_registrados_por_dia.html.php>. Acesso em: 24 abr. 2017.

RITT, C. F.; CAGLIARI, C. T. S.; COSTA, M. M. Violência cometida contra a mulher compreendida como violência de gênero. In: Anais do SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2009, Porto Alegre.

SSP-RS. Monitoramento mensal dos indicadores de violência contra as mulheres no RS. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 24 abr. 2017.



UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO CAÍ¹

Augusta da Motta Machado²

Cidonea Machado Deponti³

Silvio Cezar Arend⁴



1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar a experiência de extensão tecnológica realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional através do Núcleo de Extensão Tecnológica e de Gestão Rural para a Agricultura Familiar do Vale do Caí, vinculado ao Projeto "O uso e a apropriação de tecnologias pela agricultura familiar no Vale do Caí-RS", financiado pelo MCTI/CNPq, FAPERGS e UNISC. O Núcleo também conta com a parceria da EMATER/ASCAR-RS, do CETAM - Montenegro/EMATER, dos alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração do Campus de Montenegro/UNISC, da ACI/Montenegro-Pareci Novo, da Secretaria do Campus de Montenegro e das Secretarias de Agricultura dos municípios do Vale do Caí.

O Núcleo foi criado a partir do Projeto de Pesquisa acima referido. Tal projeto verificou que havia grande demanda dos agricultores da região por mecanismos e instrumentos de controle e de gestão rural da propriedade. Em função disso implementou-se o presente Núcleo, objeto de estudo deste artigo.

Os objetivos específicos do Núcleo são: receber demandas de agricultores familiares do Vale do Caí-RS relacionadas à gestão rural; auxiliá-los nos processos de

1 Trabalho Premiado na VIII edição do Prêmio Honra ao Mérito do VII Salão de Ensino e de Extensão da UNISC 2017.

2 Acadêmica do Curso de Administração da UNISC – Montenegro. E-mail: augustammachado@gmail.com

3 Docente do Departamento de Ciências Econômicas. Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Coordenadora do Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar. cidonea@unisc.br

4 Docente do Departamento de Ciências Econômicas. Doutor em Economia (PPGE/UFRGS). Participante do Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar. silvio@unisc.br

registro das informações, controle gerencial e de custos; realizar o acompanhamento *in loco* das propriedades dos agricultores familiares que buscarem a Universidade; e desenvolver um sistema de gestão rural da propriedade adequado às necessidades dos agricultores familiares.

A equipe do projeto caracteriza-se como interdisciplinar, pois agrupa professores e acadêmicos de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a economia, a administração, o serviço social, a contabilidade e os sistemas de informação.

Este artigo busca relatar as atividades de extensão desenvolvidas pelo Núcleo até o presente momento. Para isso, serão utilizados referenciais que buscam compreender o processo de intervenção para o desenvolvimento e o processo de construção coletiva do conhecimento. Metodologicamente utilizou-se da revisão de literatura, da observação participante e do acompanhamento das atividades realizadas pelo Núcleo, tratando-se de um relato de experiência.

O artigo encontra-se dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção discute a questão teórica, analisando o processo de intervenção para o desenvolvimento. Na segunda seção aborda-se a experiência de extensão tecnológica a partir de dois itens, um primeiro, que trata sobre as oficinas de integração e um segundo que aborda a gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. Ao final, apresentam-se as considerações sobre o tema.

2 O DESAFIO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL

No Brasil quando se discute sobre desenvolvimento rural/regional, na maioria das vezes, vincula-se a ideia de intervenção, ou seja, o próprio conceito de desenvolvimento relaciona-se com a ideia de mudança.

Assim, considerando o desenvolvimento como uma intervenção, observa-se a necessidade de compreender a prática daqueles envolvidos em tal configuração. Na situação em análise os mediadores são representados pelos pesquisadores e bolsistas do Núcleo e os mediados pelos agricultores. A intervenção, de acordo com Sardan (1995), consiste em tentar transferir certos saberes que são originários do conhecimento técnico-científico para as populações locais que são dotadas de conhecimentos próprios, os quais repousam sobre sistemas de sentido complexos e evolutivos.

Conforme Etesse (2006), os mediadores apresentam um estereótipo (rótulo) de agentes capacitados para levar aos mediados, soluções prontas para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento rural/regional.

O processo de intervenção para o desenvolvimento tem por base uma ação voluntarista de transformação da realidade dos outros, de um discurso de reinterpretção com ênfase na ação e em atividades que estão calcadas em resultados esperados, que, muitas vezes, ignoram a negociação, a contradição, o conflito e a continuidade de ações que ocorrem antes, durante e depois de uma ação intervencionista que independem da vontade dos interventores (DEPONTI, 2010, p. 60).



Na compreensão de Etesse (2006), o mediador deveria agir como um catalisador, dinamizador, motivador, facilitador, que orientaria as decisões, assessoraria e acompanharia os atores locais, deixando que assumissem suas próprias decisões, reconhecendo-lhes o direito de errar e, sobretudo, de ratificar. A complexidade não se restringe a ação do mediador, mas também ao processo de mediação.

A sociologia do desenvolvimento considera que, apesar dos esforços dos agentes para realização de um processo de mudança horizontal, democrático e participativo, não seria possível evitar as relações de poder e de dominação que geram esses agentes.

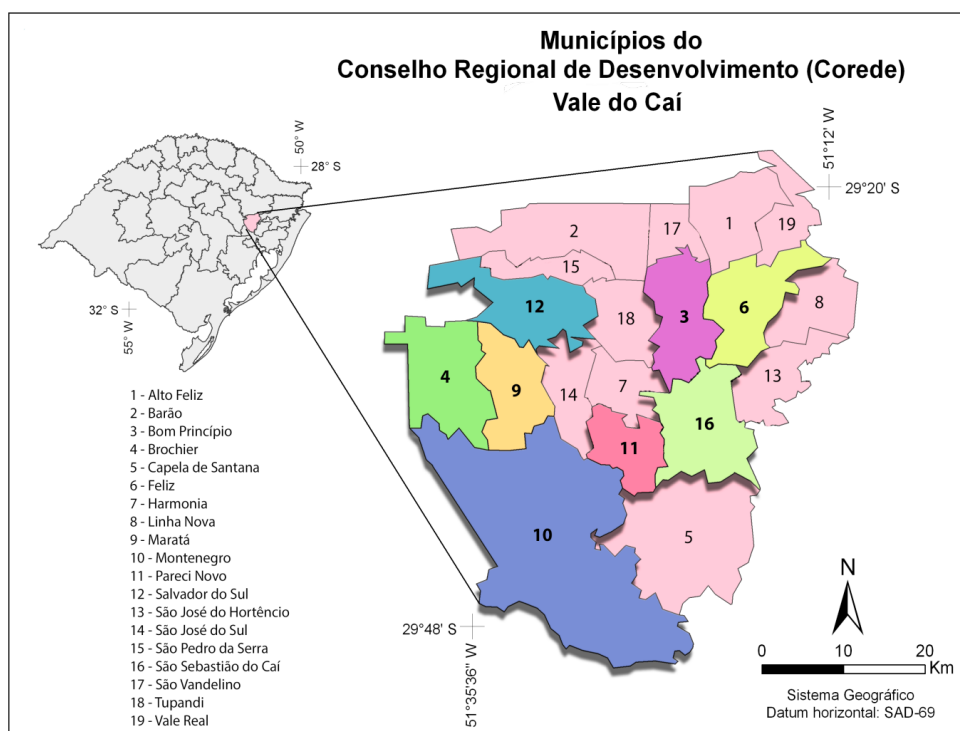
O desafio da postura mediadora está justamente no desenvolvimento da capacidade de reflexão, análise e decisão dos mediados, considerando que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas. A capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento coloca ao mediador a necessidade de um perfil flexível, maleável, diplomático, forçando o abandono daquelas antigas posturas de persuasão, determinismo, linearidade e difusão. A dificuldade é essa transformação, a busca por um fazer diferente, a prática de novos saberes e, sobretudo, a aceitação da necessidade desse novo perfil. A realização desse processo de transformação de mediados em mediadores implica desafios, conflitos, negociação e resistências. (DEPONTI, 2010, p. 61-62).

Após esta breve discussão teórica sobre os obstáculos do processo de mediação social partir-se-á para a apresentação das atividades do Núcleo.

3 A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA PELA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO CAÍ-RS

Os autores Arend, Deponti e Kist (2016) ressaltam a importância do desenvolvimento deste projeto de pesquisa e de extensão a partir do PPGDR/UNISC em municípios do Vale do Caí, revelando a preocupação com o desenvolvimento da região. Identifica-se que a produção do conhecimento pressupõe a relação dialética entre o ensino, a pesquisa e a extensão de modo a garantir que todo o conhecimento produzido, tanto no âmbito da pesquisa como do ensino, deve estar diretamente relacionado com os interesses da sociedade.





Fonte: Elaborado por Vinícios Gonchoroski com base em IBGE (2016).

Nesse sentido, uma experiência de extensão tecnológica representa uma forma de intervenção realizada por determinados atores em uma realidade concreta. No caso do projeto analisado, esse processo ocorre através da intervenção de uma equipe de alunos, de professores, de pesquisadores e de demais atores da sociedade em um ambiente de agricultura familiar no Vale do Caí. Especificamente, nas formas de gestão da propriedade rural, mediadas por tecnologias de gestão. Sendo estas últimas caracterizadas por planilhas, softwares, cálculos de demonstração de resultados, de custos de produção que auxiliam na tomada de decisão.

Com base nesta premissa, apresentam-se alguns elementos identificados através do processo de pesquisa e de extensão referido. Inicialmente será evidenciado o processo metodológico de realização das oficinas, seguido de uma análise com base em alguns resultados obtidos através da experiência de extensão tecnológica desenvolvida junto aos agricultores familiares do Vale do Caí.

3.1 As oficinas de integração

As oficinas de integração constituíram-se em momentos de interação e de participação envolvendo toda a equipe do projeto e os agricultores componentes. Estas oficinas foram realizadas com o intuito de aproximar os agricultores à Universidade e de aproximar a Universidade à comunidade. As oficinas foram compostas por atividades como a apresentação da equipe componente do Núcleo, dos agricultores, e das organizações envolvidas; o conhecimento do Núcleo tendo-se em vista a apropriação dos agricultores sobre os objetivos do mesmo; e a realização das oficinas propriamente ditas.



Estas oficinas contemplaram as seguintes questões: a primeira constituiu-se em uma apresentação do Projeto de Pesquisa no qual o Núcleo está vinculado e na apresentação do próprio Núcleo e de seus objetivos, além da mobilização dos agricultores para participação das atividades; a segunda abordou a importância da educação financeira e do controle de despesas e de receitas na propriedade e ainda contou com uma aproximação dos agricultores às principais mídias, tais como: acesso aos computadores e as principais tecnologias de informação e de comunicação, como o uso da internet, e-mail, acesso a sites, comunicadores instantâneos; etc. Já a terceira foi uma palestra no dia 25 de outubro sobre empreendedorismo, cooperação e motivação para o trabalho. A quarta será sobre controle gerencial e de custos de produção, reagendada para o ano que vem. Cabe ressaltar que esta última será realizada apenas por aqueles agricultores que manifestarem interesse na temática.

Com a realização da primeira oficina foram identificados alguns desafios para sua operacionalização, dentre eles se destaca a dificuldade de organizar um horário que permitisse a presença de todos os agricultores participantes do Projeto, uma vez que as atividades cotidianas e o grande número de atividades nas quais estes agricultores estão envolvidos exigiram da equipe um esforço em ajustar os horários. Esta dificuldade gerou a necessidade de realizar contato prévio com os agricultores antes da realização das oficinas, sendo contatados, via ligação telefônica e/ou whatsapp, 100 (cem) agricultores familiares, embora apenas em torno de 60 (sessenta) agricultores tivessem manifestado interesse em participar das atividades de extensão. A participação dos agricultores foi restrita, ou seja, menor do que a esperada, de modo geral, em todas as atividades de extensão realizadas. Na primeira oficina participaram aproximadamente 40 (quarenta) pessoas. No entanto, apenas 18 (dezoito) agricultores resolveram participar das atividades vinculadas ao Núcleo, especialmente no que se refere à qualificação das atividades e da gestão rural de suas propriedades.

A equipe realizou várias discussões e reflexões sobre a melhor maneira de abordagem das temáticas desenvolvidas e também, por diversas vezes, questionou-se sobre a ausência ou desinteresse por parte dos agricultores. Diante disto, a equipe optou pela divulgação na mídia, especialmente através de jornal, rádio e TV⁵, sendo estas tecnologias de informação bastante utilizadas pelos agricultores familiares.

O trabalho realizado pela equipe do Núcleo tem procurado avançar em termos de intervenção, no sentido de construção coletiva, ou seja, aproximar a Universidade da Comunidade, o conhecimento científico ao conhecimento popular. Esse encontro de mundos distintos é desafiador e será melhor discutido na seção sobre gestão rural.

O Núcleo também realizou, participou e auxiliou os agricultores familiares em diversas atividades, dentre elas destacam-se:

a) Participação na Audiência Pública da Subcomissão de Telefonia, Internet e serviços no meio rural – nesta oportunidade foi apresentado para o público presente o resultado da pesquisa que originou o Núcleo. Esses resultados foram encaminhados para a Assembleia Legislativa aos cuidados do Deputado Elton Weber para dar

5 Nos seguintes links encontram-se formas de divulgação do trabalho realizado pela equipe do projeto: <https://www.youtube.com/watch?v=PqAQ-8mP8uE>; <https://www.youtube.com/watch?v=6d-2OKKex1o>; <https://www.youtube.com/watch?v=qBnScLPpTwU>.



subsídios à construção do Projeto de Lei sobre Telefonía Móvel no Meio Rural;

b) Auxílio para participação de dois agricultores vinculados ao Núcleo na Chamada Pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Instituto Federal de Feliz;

c) Participação e acompanhamento dos agricultores ao Workshop da Agroindústria Familiar realizado pelo SEBRAE;

d) Participação do Seminário sobre a Produção Agroindustrial Artesanal realizado pela FETAG e UERGS e elaboração de documento que será enviado ao Ministério Público Estadual para discussão sobre a situação da agricultura familiar;

e) Participação do Dia C da Ciência com a Oficina de Integração sobre Empreendedorismo, Cooperação e Motivação para o Trabalho conduzida por Carlos Esau;

f) Participação em dois Programas de Rádio (Rádio América e Rádio Viva) para divulgação da palestra acima referida em alusão ao Dia C da Ciência.

Assim, constatou-se que o processo de intervenção realizado junto aos agricultores familiares através do projeto de extensão tecnológica possibilita a compreensão sobre a necessidade de se considerar as particularidades concretas de todos os agricultores, pois eles não podem ser analisados sob um mesmo patamar na medida em que se identificam diferenças no que tange aos sistemas de sentido, de significados e, especialmente, com relação as suas condições objetivas de vida (AREND; DEPONTI; KIST, 2017).

3.2 A gestão da propriedade rural pelos agricultores familiares

Neste item serão apresentados elementos empíricos identificados através das oficinas de integração referentes aos processos de gestão da propriedade rural dos agricultores familiares vinculados ao Núcleo. Destaca-se que se compreende por gestão rural, além dos aspectos vinculados ao controle contábil e gerencial, também contempla aspectos econômicos, financeiros, administrativos, ambientais, sociais que qualificam a tomada de decisão. Dessa forma, a gestão contábil e gerencial engloba o controle de despesas e de receitas a partir de fluxo de caixa, a informações mais detalhadas sobre renda bruta, renda líquida, índices de eficiência econômica, custos de produção, etc.

Embora o Núcleo tenha sido criado no ano de 2017, o trabalho junto aos agricultores familiares no Vale do Caí vem sendo realizado desde 2012 quando da realização de um Projeto Piloto em que 10 famílias de agricultores participavam. Tal situação contribuiu para a qualificação de algumas atividades e também para a reflexão sobre algumas ações.

Nesse sentido, salienta-se que os agricultores foram separados em dois grupos em que foram agrupados aqueles que de fato possuíam interesse na gestão rural e os demais em outro grupo. Dessa forma, as oficinas de gestão rural foram realizadas para o grupo de agricultores que já possuíam compreensão sobre sua importância e que manifestavam interesse. Para os demais agricultores foram realizadas atividades



de acordo com suas demandas, privilegiando outras temáticas. Esta ação buscou aproximar os objetivos do projeto aos objetivos dos agricultores, o que possibilitou um processo de construção coletiva da aprendizagem e do conhecimento.

Em função desse processo de reflexão sobre as ações desenvolvidas pela equipe do Núcleo foram inseridas algumas mudanças na condução do processo de acompanhamento dos agricultores em suas propriedades e na introdução dos controles econômicos e financeiros. Primeiramente foi distribuído um caderno de controle de despesas e receitas e uma cartilha para levantamento patrimonial. No entanto, o preenchimento das informações, na maioria dos casos, foi realizado em conjunto com a equipe. Posteriormente, a equipe reuniu-se e analisou cada uma das propriedades, realizando os cálculos contábeis e fazendo um diagnóstico para cada propriedade. Este diagnóstico será repassado aos agricultores e será discutido em família. Após, os agricultores interessados poderão participar de oficinas de integração que serão realizadas com o objetivo de discutir e de aprofundar o uso de controles contábeis e econômicos e o levantamento dos custos de produção.

A construção de processo de gestão rural que possa ser apropriado pelos agricultores familiares está sendo o desafio da equipe neste momento. Conforme Deponti (2014, p. 11) há “descompasso entre inúmeros softwares e ferramentas de gestão e o baixo uso por parte dos agricultores, aliado à desconexão das ferramentas existentes com a capacidade e a necessidade dos agricultores”.

Em função dessa situação a equipe do projeto desafiou-se a construir coletivamente alternativas de gestão e de controle mais apropriados pelos agricultores, uma vez que tais registros foram registrados através da visita *in loco* às propriedades pelos bolsistas e pesquisadores. No entanto, embora esta estratégia pareça a mais acertada e consoante com a literatura no que se refere ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento e de valorização do “saber-fazer” dos agricultores, na prática destaca-se que a situação descrita exige a maturação de um processo de mediação social que “não se assemelha aos objetivos das políticas públicas e dos projetos de pesquisa e de extensão financiados pelas diversas organizações que apresentam prazo definido, objetivos específicos, resultados esperados, metas alcançadas” (DEPONTI; KIST; AREND, 2017, p. 12). Além desta constatação, também se destaca que, no Vale do Caí, de acordo com a pesquisa de Arend, Deponti e Kist (2017), 49,1% dos agricultores familiares apresentam ensino fundamental incompleto, fato que dificulta a utilização dos controles gerenciais e contábeis, considerando a complexidade de um processo de gestão de custos de produção no meio rural.

Sobre essa questão, o Núcleo acredita que há uma heterogeneidade de possibilidades no setor rural, uma diversificação de práticas, especificidades no processo produtivo, na formação da família, na escolha dos cultivos. Salienta-se que nem todas as propriedades necessitam de complexos controles gerenciais e contábeis. A grande dificuldade está em compreender cada caso quando se trata de gestão rural para a agricultura familiar.

No entanto, embora a equipe tenha realizado uma proposta de construção coletiva do conhecimento e dos instrumentos de controle gerencial, observou-se que há grande dificuldade na prática de concretização dessa proposta, pois há obstáculos no que se refere à reunião de toda a equipe de trabalho, à participação



dos agricultores, á aproximação entre os distintos conhecimentos, à motivação para continuidade do processo pelos agricultores de forma autônoma.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE O TEMA

Salienta-se que a intervenção realizada a partir das atividades do Núcleo de Extensão Tecnológica e Gestão Rural para a Agricultura Familiar apresenta resultados positivos, como a maior inter-relação entre a universidade e a comunidade da região do Vale do Caí. Tal experiência está permitindo a reflexão ao longo da prática sobre os processos de intervenção para o desenvolvimento.

Nesse sentido, observam-se vários desafios com relação à intervenção propriamente dita realizada pelo Núcleo, que embora tenha se proposto mediar a construção coletiva do conhecimento ainda encontra dificuldades de atuação, pois reconhece que, além do distanciamento entre o conhecimento produzido na universidade e o conhecimento popular, o processo de interface social para o encontro de mundos distintos é complexo e lento. Mas é nesta interface entre a pesquisa e a extensão que a Universidade se aproxima dos problemas reais e concretos da sociedade como um todo.

Assim, conclui-se que o referido Núcleo possibilita maior interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão e o envolvimento dos alunos, dos professores da graduação e da pós-graduação, da comunidade regional, das organizações sociais como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a EMATER/RS-ASCAR, a ACI Montenegro e Pareci Novo.

REFERÊNCIAS

AREND, S. C.; DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B. O uso de TIC pela agricultura familiar no território do Citros: Vale do Caí-RS. **Informe Gepec**, v. 20, p. 71-84, 2016.

BARDIN, Lourence. **Análise do conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CETIC. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [livro eletrônico]: **TIC domicílios 2015**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

DEPONTI, C. M. **Intervenção para o desenvolvimento rural**: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. 276 f. Doutorado (Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C. M., KIST, R. B. B., MACHADO, A. As Inter-relações entre as Tic e a Agricultura Familiar. Revista Eletrônica Competências Digitais para a Agricultura Familiar. **RECODAF**, v. 03, n. 01, p. 4-23. 2017.

DEPONTI, C. M. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **REDES**, Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 9-24, 2014.

DEPONTI, C. M.; KIST, R. B. B.; AREND, S. C.; TIC e Agricultura Familiar: uma experiência de pesquisa e de extensão tecnológica no território do Citros-RS. In: **Anais do VIII**



Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC, setembro de 2017.

ETESSE, G. El personal de los proyectos: parte de la solución o del problema? In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. 18 p.

IBGE. Censo Demográfico. Brasília: Gov. Federal, 2010. Disponível em: Censo 2010. <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=43>>. Acessado em: 09 abr. 2016.

IBGE. Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em: 09 abr. 2016. Acessado em 08 abr. 2016.

MICHAELIS. Dicionário online. 2017. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desenvolvimento/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

QUINTANA, R. D. Intervención en el desarrollo: ¿es, o no es la cuestión. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. 20 p.

SARDAN, J. P. O. **Anthropologie et développement:** essai en socio-anthropologie Du changement social. Paris: APAD-Karthala, 1995. 221 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, A. C. M. da (Org.). **Divulgação científica e tecnologias de informação e comunicação.** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. 252 p.



ESTADO NUTRICIONAL E AÇÕES EDUCATIVAS COM ESCOLARES ACOMPANHADOS PELO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA¹

Amanda Luisa Kessler²

Ana Paula de Moraes³

Carine Lima Ellwanger⁴

Denise Wojahn de Lima⁵

Francisca Maria Assmann Wichmann⁶

1 INTRODUÇÃO

A escola caracteriza-se como um local privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos a doenças, uma vez que esse ambiente colabora na construção de valores pessoais, conceitos, crenças e formas de ver o mundo, interferindo de maneira direta na produção social da saúde (BRASIL, 2014).

Dessa forma, ao dar-se ênfase à promoção da saúde no âmbito escolar e à suma importância em construir políticas de saúde que atendam às necessidades e especificidades dos educandos, em 2007, o Ministério da Saúde (MS) integrado ao Ministério da Educação (MEC), instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como base a articulação entre a escola e a Rede Básica de Saúde (BRASIL, 2009).

A Rede de Atenção Básica é definida por um grupo de ações de saúde, no contexto individual e coletivo, que compreendem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos a doenças, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Dentro desse contexto, a Estratégia Saúde da Família (ESF)

1 Trabalho Premiado na VIII edição do Prêmio Honra ao Mérito do VII Salão de Ensino e de Extensão da UNISC 2017

2 Acadêmica do Curso de Nutrição da UNISC. E-mail: amanduisa@hotmail.com

3 Acadêmica do Curso de Nutrição da UNISC. E-mail: anapaulamoraes93@hotmail.com

4 Acadêmica do Curso de Nutrição da UNISC. E-mail: carineellwanger@hotmail.com

5 Acadêmica do Curso de Nutrição da UNISC. E-mail: denisewlima@hotmail.com

6 Nutricionista. Docente do Departamento de Educação Física e Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Doutora em Desenvolvimento Regional, área de Políticas Públicas, pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: francis@unisc.br



objetiva à reestruturação da Atenção Básica à Saúde no país, segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e funciona em territórios delimitados, desenvolvendo atividades conforme o planejamento e a programação realizada com base no diagnóstico situacional, tendo como foco as famílias e as comunidades, procurando a integração com instituições e organizações sociais, em especial em sua área de abrangência (BRASIL, 2006).

O objetivo principal do PSE é colaborar na formação dos estudantes da rede pública através de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando o enfrentamento das inseguranças que afetam o desenvolvimento e crescimento de crianças e adolescentes da rede pública de ensino (BRASIL, 2017).

As políticas de saúde e educação relacionadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública se reúnem para promover saúde e educação integral, portanto, considera-se que esse vínculo entre escola e as Equipes de Saúde da Família (ESFs) é a base do PSE, o que proporciona a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade (BRASIL, 2013).

As ESFs realizam as ações de saúde na escola, sendo fundamentais para a efetivação do programa (BRASIL, 2008). Dessa forma, Mendonça (2008), citado por Ferreira et al. (2014), destaca que a singularidade do PSE encontra-se na forma de implementação do mesmo, tendo em vista que esse programa ocorre conforme o modelo brasileiro de atenção primária à saúde, ou seja, as ações do PSE são realizadas em determinados territórios, conforme a área de abrangência das ESFs, estimulando assim, a criação de vínculos entre as equipes públicas da saúde e da educação (BRASIL, 2011).

Segundo o MEC, o público beneficiário do PSE consiste em estudantes da educação básica, gestores e profissionais de educação e saúde, e comunidade escolar, podendo abranger também os estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2014).

O Programa Saúde na Escola é composto por 3 componentes que, juntos, se complementam com a finalidade de consolidar as ações de educação e saúde integral e qualificar a gestão intersetorial, sendo eles: o componente I, que trata de ações para avaliação das condições de saúde, o componente II, que abrange as ações de prevenção de doenças e agravos e promoção da saúde, e o componente III, que compreende as ações voltadas à formação dos gestores e dos profissionais de saúde e educação (BRASIL, 2013).

Segundo o Ministério da Saúde, a utilização da antropometria em serviços de saúde é o método mais adequado pelo seu baixo custo, relativa facilidade de aplicação, padronização e realização, além de ser considerado um método não invasivo e obter uma amplitude nos aspectos analisados (BRASIL, 2008).

Na infância e na adolescência o acompanhamento da saúde é feito através de indicadores como crescimento, ganho de peso e Índice de Massa Corporal (IMC), com a finalidade de detectar o mais cedo possível os riscos para prováveis agravos e desvios em uma fase de aumento das necessidades nutricionais (SILVA et al., 2008; ENES; SLATER, 2010).



A partir do exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional de escolares na faixa etária de 5 a 17 anos, matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus (EMEF Bom Jesus) e realizar uma ação educativa de promoção da alimentação saudável com os mesmos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter transversal, realizado no período de março a abril de 2017 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bom Jesus (EMEF Bom Jesus), localizada no município de Santa Cruz do Sul - RS.

De acordo com Goldim (2000), os estudos transversais descrevem a realidade de forma estática, referindo-se a um determinado momento, tendo por objetivo verificar a prevalência ou a frequência de uma determinada característica.

A EMEF Bom Jesus, localiza-se ao oeste do município, em zona urbana, compreendendo o bairro Bom Jesus. Possui um total de 346 alunos matriculados, sendo a maioria pertencente ao bairro supracitado, cujo nível socioeconômico classifica-se como classe baixa.

Para realização do presente estudo, fez-se contato prévio com a coordenação da EMEF Bom Jesus, afim de apresentar a proposta e solicitar autorização para realização das atividades. As mesmas incluíram avaliação do estado nutricional dos escolares e ações de educação alimentar e nutricional com algumas turmas selecionadas de forma aleatória e por conveniência.

Como parte das ações do componente I do Programa Saúde na Escola (PSE), por intermédio do Estágio de Nutrição em Saúde Coletiva, inserido no currículo do Curso de Nutrição da Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, foram avaliados 328 alunos da pré-escola ao 9º ano do ensino fundamental, excluindo-se apenas os escolares que não estavam presentes no momento da avaliação. A avaliação antropométrica consistiu em aferição do peso, através de balança digital da marca *Plenna*®, com capacidade de até 150 Kg, e verificação da estatura através de fita métrica. Para análise dos dados, utilizou-se as curvas de crescimento "Estatura para idade (5- 19 anos)" e "IMC para idade (5- 19 anos)" da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), sendo o Índice de Massa Corporal (IMC) calculado através da fórmula⁷ peso/altura². A idade foi obtida através da diferença entre a data de realização da coleta de dados e a data de nascimento dos escolares. Em relação às ações do componente II do PSE, foram realizadas oficinas educativas sobre alimentação saudável com turmas do 4º e 5º ano.

O presente estudo cumpre os princípios éticos que orienta e regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNISC, sob protocolo nº 25462314.0.0000.5343.

7 $IMC = \frac{\text{peso (kg)}}{\text{altura (m)}^2}$



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 328 alunos avaliados, 50,9% eram do sexo masculino e 49,1% do sexo feminino, com idades entre 5 e 17 anos. Quanto à classificação de estatura para idade, dentre os escolares do sexo masculino, que totalizaram 167 alunos, 8,4% apresentaram déficit estatural e 91,6% apresentaram estatura adequada para idade. Em relação, ainda, à mesma classificação, dentre as estudantes do sexo feminino, que totalizaram 161 alunas, 1,9% apresentaram déficit estatural e 98,1%, apresentaram estatura adequada para idade.

Relativo ao IMC para idade, 4,2% dos meninos classificaram-se em magreza, 68,9% em eutrofia, 10,2% em sobrepeso e 16,8% em obesidade. Quanto às meninas, 4,3% apresentaram magreza, 71,4% classificaram-se em eutrofia, 13% em sobrepeso e 11,2% em obesidade (Tabela 1).

Tabela 1 - Perfil antropométrico de escolares de 5 a 17 anos da EMEF Bom Jesus

VARIÁVEIS	N	%
Sexo (n = 328)		
Masculino	167	50,9
Feminino	161	49,1
Estatura para idade meninos (n = 167)		
Déficit estatural	14	8,4
Estatura adequada	153	91,6
Estatura para idades meninas (n = 161)		
Déficit estatural	3	1,9
Estatura adequada	158	98,1
IMC para idade meninos (n = 167)		
Magreza	7	4,2
Eutrofia	115	68,9
Sobrepeso	17	10,2
Obesidade	28	16,8
IMC para idade meninas (n = 161)		
Magreza	7	4,3
Eutrofia	115	71,4
Sobrepeso	21	13
Obesidade	18	11,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2017

Estudo semelhante, realizado por Ramires et al. (2014), ao analisar uma amostra de 860 alunos, corrobora com os resultados encontrados, onde o percentual de adequação da estatura para idade (90,9%) foi bastante superior em relação ao déficit estatural. No mesmo estudo, ao comparar com o índice IMC para idade, os resultados também foram similares, havendo predominância do estado de eutrofia



(74,1%), seguido do excesso de peso (24%), considerando-se nesse a soma de sobrepeso e obesidade, e magreza (2%).

Os resultados obtidos vêm ao encontro da forte tendência registrada atualmente, onde há um crescimento significativo do excesso de peso no público infante-juvenil. As modificações no estilo de vida da população, associadas ao sedentarismo e hábitos alimentares de risco, são tidas como grandes determinantes desse cenário (TAVARES, 2012).

Quando categorizados por faixa etária e sexo, as meninas com idades entre 5 – 10 anos, apresentaram resultado positivo em relação à classificação na curva de estatura para idade, contemplando 100% de adequação. Quanto aos meninos, 97% apresentaram estatura adequada para idade. Ainda, em relação à mesma faixa etária, relativo à classificação na curva IMC para idade, em ambos os sexos, houve predominância de adequação do peso, seguido de maior prevalência de obesidade nos meninos (20%) e sobrepeso nas meninas (13,5%) (Tabela 2).

Tabela 2 - Perfil antropométrico de escolares por faixa etária de 5 a 10 anos da EMEF Bom Jesus

VARIÁVEIS	N	%
Estatura para idade meninos (n = 65)		
Déficit estatural	2	3,0
Estatura adequada	63	97,0
Estatura para idades meninas (n = 74)		
Déficit estatural	0	0
Estatura adequada	100	100
IMC para idade meninos (n = 65)		
Magreza	3	4,6
Eutrofia	45	69,2
Sobrepeso	4	6,2
Obesidade	13	20
IMC para idade meninas (n = 74)		
Magreza	2	2,7
Eutrofia	53	71,6
Sobrepeso	10	13,5
Obesidade	9	12,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Pozza (2016) ao investigar o estado nutricional de escolares e classificá-los por sexo, de acordo com a curva do IMC para idade, obteve dados compatíveis com o presente estudo. Em ambos, os percentuais de eutrofia, tanto para meninos como meninas, obtiveram maior representatividade, sendo, respectivamente, 61,7% e 63,7%. Em relação ao sobrepeso, o mesmo teve maior incidência no sexo feminino (18,2%), bem como a obesidade foi superior em escolares do sexo masculino (14,4%).



Ao compararmos os percentuais relativos ao baixo peso (magreza), para ambos os sexos, os mesmos foram menos expressivos, sendo de 2,2% em meninos e 2,1% em meninas.

Em relação ao perfil antropométrico dos escolares na faixa etária de 10 – 17 anos, classificados na curva de estatura para idade, meninos e meninas apresentaram maior adequação, sendo 87,7% e 96,7% respectivamente. Salienta-se, no entanto, expressivo resultado de meninos nessa faixa etária com déficit estatural (n=12). No tocante à classificação do IMC para idade, nos jovens de 10 – 17 anos, ambos os sexos evidenciaram maior prevalência de eutrofia, posteriormente representados pelo excesso de peso (Tabela 3).

Tabela 3 - Perfil antropométrico de escolares por faixa etária de 10 a 17 anos da EMEF Bom Jesus

VARIÁVEIS	N	%
Estatuta para idade meninos (n = 98)		
Déficit estatural	12	12,3
Estatuta adequada	86	87,7
Estatuta para idades meninas (n = 91)		
Déficit estatural	3	3,3
Estatuta adequada	88	96,7
IMC para idade meninos (n = 98)		
Magreza	4	4,1
Eutrofia	67	68,3
Sobrepeso	13	13,3
Obesidade	14	14,3
IMC para idade meninas (n = 91)		
Magreza	5	5,5
Eutrofia	68	74,7
Sobrepeso	11	12,1
Obesidade	7	7,7

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2009, ao avaliar o estado nutricional de 58.971 adolescentes, relativos à classificação de estatura para idade, também demonstraram maior adequação deste parâmetro em relação ao déficit estatural, com 3,2% dos meninos e 2,6% das meninas com baixa estatura para idade (ARAÚJO, 2010).

Atendendo ao componente II do PSE realizaram-se, junto aos escolares matriculados nas turmas do 4º e 5º ano da EMEF Bom Jesus, ações de educação alimentar e nutricional, visando à promoção de hábitos de vida saudáveis, com enfoque em melhores escolhas alimentares. As atividades compreenderam rodas de



conversa, momentos reflexivos e dinâmicas de grupo entre os escolares participantes.

A partir do conhecimento de que os hábitos alimentares são estabelecidos na infância, perdurando, potencialmente, ao longo da vida adulta, as iniciativas de promoção de alimentação adequada e saudável apresentam extrema significância, devido ao potencial preventivo em meio ao cenário epidemiológico nutricional que vivenciamos. Em face disso, as iniciativas do PSE, quando planejadas e efetivamente realizadas, contribuem para o que realmente se propõem, ou seja, manter um acompanhamento do estado nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar, bem como proporcionar maior conhecimento para o autocuidado, relacionados, de forma integral às questões de saúde (SILVA, 2014).

Nesse sentido, o PSE incentiva e oportuniza ações intersetoriais, por meio da articulação entre as equipes de saúde da atenção básica com as equipes de educação, contribuindo de forma significativa com a ampliação da atenção à saúde dos usuários e a perspectiva da integralidade proposta pelo SUS (MEDEIROS, 2015).

Em relação à percepção dos estudantes frente às ações de enfoque nutricional realizadas, observou-se grande aceitação e retorno positivo por parte dos mesmos. Todos os alunos referiram terem gostado da ação, o que pode ser observado através das seguintes mensagens: "eu gostei porque aprendi muito", "gostei de participar", "muito incrível, legal e fantástico", "super legal", "foi muito legal, eu gostei". Esse momento de avaliação das ações realizadas demonstra também a importância de se considerar a percepção e aprendizado dos estudantes acerca das temáticas abordadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a maioria dos educandos estarem classificados em estado de eutrofia, salienta-se o expressivo número de crianças e jovens com sobrepeso e obesidade. Esse achado evidencia a necessidade do cuidado e atenção ao público infante-juvenil, a médio e longo prazo, dado que essa faixa etária apresenta potencial risco para o desenvolvimento de doenças associadas ao peso excessivo, como dislipidemias, hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes, entre outras.

Tendo em vista os aspectos apresentados, conclui-se que o PSE, através de suas diretrizes e propostas, destaca-se pela promoção da saúde no âmbito escolar. Dado o cenário de transição epidemiológica que vivenciamos, marcado pelo significativo aumento dos casos de sobrepeso e obesidade e redução das taxas de desnutrição, todas as iniciativas de promoção da saúde, principalmente, desde faixas etárias precoces, ganham merecido destaque.

Percebe-se, no entanto, que a efetividade da promoção da saúde no ambiente escolar ainda é um desafio, considerando a existência de algumas limitações na implantação e implementação do PSE junto à rede escolar. Nesse contexto, apesar das barreiras, destacam-se as potencialidades, que consistem na estrutura e receptividade da escola, o que facilita o desenvolvimento das atividades, e, também, o interesse dos alunos, evidenciado pela participação destes no desenvolvimento das ações.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L. et al. Estado nutricional dos adolescentes e sua relação com variáveis sociodemográficas: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), 2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 2, p. 3077-3084, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola (PSE), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm>. Acesso em: 24 abr. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN** na assistência e à saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica Básica. **Saúde na escola**, n. 24. Brasília: Ministério da Saúde 2009.

_____. Ministério da Saúde. **Passo a Passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Manual Instrutivo - Programa Saúde na Escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola – Passo a passo para Adesão**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Caderno do gestor do PSE**. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Educação. **Programa Saúde nas Escolas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL. Portaria n. 648/GM, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Brasília, DF, 2006.

ENES, C. C; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Rev. Bras. Epidemiol.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 163-171. 2010.

FERREIRA, I. R. C. et al. Percepções de gestores locais sobre a intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 56, p. 61-76, 2014.

GOLDIM, José Roberto. **Manual de Iniciação à Pesquisa em Saúde**. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

MEDEIROS, Lívia Maria Rodrigues de Pontes. **A gestão do programa saúde na escola no município de Natal/RN: um estudo de caso**. 2015. 81f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Growth reference data for 5-19 years**. Disponível em: <<http://www.who.int/growthref/en/>>. Acesso em: 3 abr. 2017.



POZZA, Fernanda Seyr. **Estado nutricional de crianças e adolescentes acompanhados pelo Programa Saúde na Escola**. Itatiba. 2014. 2016. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde, Campinas, 2016.

RAMIRES, E. K. N. M et al. Estado nutricional de crianças e adolescentes de um município do semiárido do Nordeste brasileiro. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 200-207, 2014.

SILVA, H. G. V. et al. Diagnóstico do estado nutricional de escolares: comparação entre critério nacional e internacional. **J Pediatr.**, Porto Alegre, v. 84, n. 6, p. 550-5, 2008.

SILVA, Ana Carolina Feldennheimer. **Programa Saúde na Escola: Análise da gestão local, ações de alimentação e nutrição e estado nutricional dos escolares brasileiros**. 2014. 162f. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2014.

TAVARES, Márcio Augusto dos Santos. **Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em crianças e adolescentes assistidos pelo Programa de Saúde na escola em um município do Sul do estado da Bahia no ano de 2011**. 2012. 74f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.



O JÚRI SIMULADO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO: TRABALHANDO EVOLUÇÃO COM TURMAS DE SÉTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL¹

Graziele Cristina Thiesen²
Monize Pappen Giovanaz²
Tania Bernhard³
Alexandre Rieger⁴

1 INTRODUÇÃO

Orientações curriculares nacionais direcionam a prática docente para um ensino voltado à formação cidadã, de forma que discentes (re)construam saberes e, diante de tantas mudanças em nossa sociedade, posicionem-se criticamente perante os mais variados temas. Porém, percebe-se a prevalência de aulas tradicionais, extremamente teóricas, com pouca inserção de práticas pedagógicas lúdicas de ensino.

Leão, Quartieri e Marchi (2013) citam que “as práticas pedagógicas estão longe de atender as transformações do cenário mundial, pois estão calcadas em metodologias tradicionais de ensino que não favorecem a produção do conhecimento, tampouco a transformação social”. Dalzoto (2014) reforça essa ideia, alegando que esta metodologia reflete uma aprendizagem que é chamada de mecânica.

Tal educação está delimitada por aula expositiva, que é a modalidade didática mais utilizada no ensino de Ciências, e tem por função informar os alunos, introduzir um novo assunto, sintetizar um tópico ou comunicar experiências vividas pelo professor. Sua utilização vem acompanhada sempre do livro didático, que acaba tornando-se base para todas as aulas. Como consequência, os alunos acabam por passivos

1 Trabalho Premiado na VIII edição do Prêmio Honra ao Mérito do VII Salão de Ensino e de Extensão da UNISC 2017.

2 Acadêmicas do Curso de Ciências Biológicas da UNISC. E-mails: grazielethiesen@gmail.com, monizegiovanaz@gmail.com.

3 Docente do Departamento de Biologia e Farmácia da UNISC. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Evangélica do Paraguai. E-mail: btania@unisc.br.

4 Docente do Departamento de Biologia e Farmácia da UNISC. Doutor em Genética e Biologia Molecular pela UFRGS. E-mail: rieger@unisc.br.



ouvintes, refletindo a principal desvantagem da aula expositiva: a baixa retenção de informações (KRASILCHIK, 2008).

Sabendo-se que a preocupação central do professor em seu fazer docente está direcionado para o aprendizado do aluno, "diferentes modelos e estratégias constituem alternativas para a operacionalização do processo de ensino-aprendizagem com diversos benefícios e desafios, nos diferentes níveis educacionais" (PAIVA et al., 2016).

Dentre tantas, destacam-se as metodologias ativas de aprendizagem "baseadas em atividades, desafios, problemas e jogos, onde cada aluno aprende no seu próprio ritmo e necessidade e também aprende com os outros em grupos e projetos, com supervisão de professores orientadores" (MORÁN, 2015).

A abordagem lúdica e dinamizada dos conteúdos trabalhados em sala de aula oportuniza que a seleção de processos mediadores exequíveis garantam a sustentação da aprendizagem significativa (DALZOTO, 2014). O sujeito-aluno constrói conhecimentos que apresentam significados concernentes à sua vida, ao seu cotidiano, isto é, "ao mundo e suas relações com as outras existências" (KINDEL, 2012).

Diante do exposto e a partir de discussões geradas nas disciplinas de práticas de ensino e estágios em Ciências e Biologia, do curso de Ciências Biológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), às quais proporcionam aos acadêmicos de licenciatura a (re)construção da bagagem sociocognitiva e prática sobre ser professor no atual contexto educacional, diagnosticou-se em uma escola participante do PIBID, a necessidade de implementação de práticas diferenciadas de ensino. Estas têm o objetivo de instigar os alunos para a formação de opiniões argumentativas sobre assuntos pertinentes à disciplina de Ciências do Ensino Fundamental.

Percebendo as dificuldades dos alunos quanto a compreensão teórica do conceito "evolução", buscou-se uma estratégia de ensino que viabilizasse e envolvesse a maior participação dos alunos, onde habilidades argumentativas, pensamento crítico e atividades em grupo fossem desenvolvidas.

O ensino de evolução nas instituições escolares torna-se um tema desencadeador de opiniões controversas sobre o mesmo, destacando suas questões de cunho científico e seus opositores religiosos. Portanto, para explanar um tema gerador de polêmicas utiliza-se a técnica de uma dinâmica em grupo (SILVA, 2012).

A estratégia definida para esta questão foi a do "júri simulado", definida por Ferry e Nagem (2009) como uma "dinâmica de grupo, fundamentada na necessidade de estimular o interesse e o pensamento dos alunos quanto ao tema em questão, de ajudá-los a desenvolverem as habilidades de argumentação, análise e crítica, e de se permitir, entre os mesmos, a socialização de ideias e concepções".

Diante do exposto, a ação desenvolvida explicita a importância de se adotar metodologias ativas em sala de aula, especificamente no ensino de Ciências para abordar os conceitos evolutivos através da atividade do júri simulado.



2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O processo de ensino e aprendizagem significativa em Ciências

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o ensino de Ciências Naturais tem por objetivo reconstruir, de maneira dialógica, a relação ser humano/natureza, promovendo a interação entre o que já se sabe e as novas informações, tornando-as significativas, de modo que o aluno desenvolva competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica (BRASIL, 1998).

A aprendizagem significativa é aquela em que a nova informação ganha sentido quando relacionada com o conhecimento prévio do aluno e contextualizada, unindo conhecimento científico e cotidiano, criando novos significados para o que já se conhecia. No entanto, para que essa aprendizagem ocorra, é necessário que o aluno tenha disposição para aprender e que o conteúdo ensinado seja potencialmente significativo (RONCA, 1994; PELIZZARI et al., 2002; PIVATTO, 2013).

Nesse processo, cabe ao professor mediar a interação entre os conhecimentos, promovendo o acesso aos conhecimentos científicos, reduzindo a distância entre o científico e o cotidiano. A redução desta distância requer a adoção de estratégias dirigidas a essa meta, (POZO; CRESPO, 2009), contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência social e global perante questões científicas, tecnológicas e socioculturais.

Mortimer (2000) propõe estratégias de ensino na qual as concepções dos alunos são analisadas por meio de uma situação problema, com o intuito de fazer com que busquem respostas para tal. Dessa forma, o professor pode considerar as concepções dos alunos como ponto de partida para a aquisição de novos conhecimentos, permitindo uma caminhada conjunta entre teoria e prática.

2.2 O ensino de Evolução na disciplina de Ciências

Os PCN citam o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), estudioso de conceitos evolutivos, quando mencionam que ele criou uma “teoria da evolução que possibilitou uma interpretação geral para o fenômeno da diversidade da vida, fundada nos conceitos de adaptação e seleção natural” (BRASIL, 1998).

Desse modo, a evolução é evidenciada como um importante conteúdo de abordagem no ensino de Ciências e Biologia, como afirmam Yaber e Barros (2017), alegando que a compreensão cientificamente correta do evolucionismo é fundamental para a compreensão de diversos processos biológicos. Além disso, relatam que equívocos ligados aos conceitos de ancestralidade, expressos em frases como “o homem evoluiu do macaco” são problemas identificados por diversos autores, visto que essa ideia alega que as adaptações teriam o propósito de conseguir um progresso vantajoso para a sobrevivência das espécies.

Esses mesmos autores, através do trabalho de Delizoicov, Goedert e Rosa (2003), constataram que os professores recorrem aos livros didáticos como principal



fonte de suas aulas, refletindo em uma abordagem fragmentada, conteudista e memorística da evolução biológica, gerando dificuldades na compreensão ampla e na apropriação do tema pelos estudantes.

Além dos fatos já posicionados em relação aos equívocos observados no contexto educacional sobre o respectivo tema, cita-se também a contraditoriedade de convicções científicas e religiosas, como declara Oliveira, Bizzo e Pellegrini (2017) que "trata-se de um assunto com perfil controverso, no sentido de que questões culturais parecem influenciar a percepção do indivíduo, diferentemente do que acontece com outros temas científicos." Essas ideias controvertíveis sustentam um ponto que deve ser explorado nas escolas, questões problemáticas que levam em consideração o contexto social dos alunos com questionamentos realísticos (MARIN et al., 2010).

Para trabalhar com temas problemáticos, portanto, o professor deve utilizar diferentes recursos didáticos em sua prática pedagógica a fim de garantir o sucesso no ensino e, principalmente, no aprendizado do tema (YABER; BARROS, 2017). Nesse sentido, Pinto et al. (2013), destacam a importância da exploração de metodologias ativas de ensino, quando afirmam que "o aprendizado passa a ser protagonizado pelo aluno e os professores atuam como mediadores de todo o processo".

De acordo com a realidade escolar, a aplicação dessas metodologias garantem sucesso aos objetivos pretendidos no planejamento escolar, levando-se em consideração "o desenvolvimento da autonomia do aluno, o rompimento com o modelo tradicional, o trabalho em equipe, a integração entre teoria e prática, o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e o favorecimento de uma avaliação formativa" (PAIVA et al., 2016).

Pesquisas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem apresentam diversas metodologias, várias delas reunidas sob a denominação de construtivismo. De acordo com os PCN, "pressupõem-se que o aprendizado se dá pela interação professores/estudantes/conhecimento, ao se estabelecer um diálogo entre as ideias prévias dos estudantes e a visão científica atual, com a mediação do professor, entendendo que o estudante reelabora sua percepção anterior de mundo ao entrar em contato com a visão trazida pelo conhecimento científico" (BRASIL, 1998). Schnetzler (1992) reforça essa ideia, alegando que em um processo construtivista é fundamental que o professor seja sensível às concepções e interpretações dos alunos, e que as valorize.

Pensando nesses fatores destaca-se a metodologia do júri simulado como uma estratégia que engloba a concretização da aprendizagem significativa por meio da coletividade entre os grupos. Este fator desencadeia ações colaborativas, trocas de ideias, colocação dos saberes prévios dos alunos assim como a construção de novos, por meio de diálogos críticos conjuntos e envolvimento com a proposta de atividade para com a turma (LEÃO; QUARTIERI; MARCHI, 2013). A partir de um tema proposto pelo professor, cada aluno pode acompanhar os argumentos dos grupos de defesa e acusação e se posicionar, propondo interatividade entre os alunos (REAL; MENEZES, 2013).

A execução do júri simulado auxilia na construção da aprendizagem no



momento em que os sujeitos envolvidos, a partir de um aspecto da realidade (evolução biológica, neste caso), possibilitam tecer argumentos que visam resolver o problema proposto (BENITE; FIELD'S; BENITE, 2013). Assim, o júri simulado pode ser uma alternativa de estratégia de ensino a ser adotada pelos professores, pois é um objeto de aprendizagem que visa "contribuir para a construção do conhecimento por meio do desenvolvimento da argumentação, das possibilidades de cooperação, criatividade e ludicidade" (REAL; MENEZES, 2013).

2.3 Metodologia

A ação foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, localizada no município de Santa Cruz do Sul/RS, através do PIBID/UNISC, subprojeto Ciências Biológicas. Consistiu em uma ação de intervenção na realidade escolar, auxiliando e complementando as atividades desenvolvidas pelos professores na disciplina de Ciências.

As trocas de experiências entre professores e bolsistas possibilitaram a identificação de potencialidades e dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, buscando soluções através de novas estratégias de ensino. As atividades foram realizadas em duas turmas de sétimos anos.

A estratégia de ensino adotada foi a do "júri simulado", como o próprio nome indica, consiste em uma simulação de um tribunal, cujo júri delibera, a partir de provas e argumentações sobre determinada situação. Seguindo a metodologia de Real e Menezes (2013), em um júri há um réu, os jurados que escutam os argumentos de ambos os lados e participam ao votar na inocência ou culpa do réu e o juiz que profere a sentença final, ou seja, o veredito.

Neste trabalho, o réu consistiu em uma proposição na qual existem argumentações divergentes, sendo representada pela seguinte questão: "O homem evoluiu do macaco?". Os jurados foram representados por um grupo de três alunos e o papel de juiz foi representado pelas bolsistas PIBID, que coordenaram a atividade. A promotoria, ainda segundo estes autores, é representada por um grupo de alunos que acusará o réu, argumentando que o homem não evoluiu do macaco e a defesa é representada por outro grupo de alunos que defendem o réu, argumentando que o homem evoluiu do macaco. (Figura 1)

Para que os alunos compreendessem os objetivos propostos pela dinâmica e elaborassem argumentos convincentes para os jurados, questões foram previamente apresentadas a eles, promovendo uma linha de raciocínio a ser seguida nas argumentações, sendo elas:

1. O que é evolução?
2. Por que somos tão parecidos com os macacos?
3. O que nos diferencia dos macacos?
4. Evoluímos dos macacos?
5. Somos "primos" dos macacos?



Figura 1 - Alunos do 7º ano realizando a atividade do júri simulado



Como base teórica para discussão, utilizou-se o texto "O homem moderno evoluiu dos macacos", extraído da revista SuperInteressante, possibilitando a obtenção de informações sobre evolução através de fontes que vão além dos livros didáticos.

A diversificação dessas fontes informativas podem ser utilizadas pelo professor e são consideradas, segundo Parkinson e Adendorff (2004), como um importante instrumento para colaborar na relação ensino-aprendizagem, além de possibilitar o trabalho de diversas linguagens na comunicação da ciência.

Quando concluídos os argumentos científicos dos grupos, o juiz que coordena o debate realiza os questionamentos sobre as defesas, validação e consistência de suas respectivas ideias. Após as discussões e argumentações apresentadas pela promotoria em ambos os grupos, os jurados avaliaram, conjuntamente, como cada equipe foi capaz de defender suas propostas, argumentando seus votos. Ao juiz cabe apresentar o veredito justificando-o a partir da base teórica utilizada na discussão das questões.

Para registro da ação, as questões foram entregues às bolsistas de forma escrita e individual ao final da dinâmica, incluindo as opiniões pessoais dos alunos em relação à estratégia de ensino adotada. Dessa forma, foi possível analisar as percepções pessoais dos alunos em relação ao conceito de evolução e aos questionamentos propostos na dinâmica.

2.4 Resultados e discussões

Os alunos reagiram de forma positiva à atividade, trabalhando em equipe, empenhando-se na elaboração das argumentações com seriedade e organização. Destaca-se a colaboração viabilizada internamente entre os grupos, enfatizando espírito de competitividade na estratégia ofertada e, conseqüentemente, o aprofundamento no pensamento crítico científico sobre a evolução biológica compreendendo dois pontos de vista divergentes.



Leão, Quartieri e Marchi (2013) corroboram esta afirmativa destacando a importância do incentivo para a pesquisa, que é “potencializado pela competição, pois ninguém quer perder”. Além disso houve respeito mútuo entre os dois grupos e, como produto, uma metodologia de sucesso aplicada na contextualização escolar.

Ao final do júri simulado, constatou-se que o grupo de defesa encontrou várias características em comum entre os homínidos e os macacos, visto que ambos são mamíferos. Por outro lado, o grupo de acusação apresentou dificuldades em elaborar argumentos que não fossem pertinentes à questão intelectual e social apresentada pelos humanos.

Delizoicov, Goedert e Rosa (2003) citam que o termo “evolução” é considerado, muitas vezes, como sinônimo de melhoramento dos organismos. Porém, analisando as respostas obtidas neste trabalho, concluiu-se que a maior parte dos alunos definiu evolução como uma série de transformações lentas que podem levar ao surgimento de outra espécie, contrariando a ideia do melhoramento dos organismos e atingindo uma definição adequada para esse conceito, definida por Meghioratti (2004), como a modificação da frequência de genes ao longo do tempo, portanto, não tratando-se de um fenômeno finalista ou progressivo. Essa mesma autora afirma que o conceito de evolução biológica é complexo e está relacionado com outros conceitos fundamentais para sua compreensão, como os fatores ambientais, competições intraespecíficas e interespecíficas, fatores aleatórios, o fluxo de genes e a capacidade reprodutiva dos indivíduos considerados.

As percepções dos alunos (Quadro 1) perante a atividade foram relevantes, visto que muitos citaram que aprenderam através das argumentações dos colegas. Isso reforça a importância da atividade em grupo, onde se torna possível o levantamento de diferentes ideias e opiniões.

QUADRO 1 – Percepções de alunos de 7º ano – Ensino Fundamental, participantes da atividade júri simulado

<i>“Achei muito legal porque eu estava em dúvida em algumas coisas, mas tirei essa dúvida com a explicação do meu colega”.</i>
<i>“Eu achei legal porque eu não tenho mais vergonha de perguntar minhas dúvidas”.</i>
<i>“Muito bom porque todo mundo deu sua opinião”.</i>
<i>“Achei legal porque é bem diferente”.</i>
<i>“Achei muito legal porque trabalhamos em grupo e aprendemos mais”.</i>

Fonte: Relatórios de alunos.

A adoção da estratégia do júri simulado em sala de aula proporcionou uma melhor conversação entre os alunos, com trocas de informações entre os grupos de defesa e acusação do tema problematizado, concretizando a formulação de argumentos consistentes de caráter científico, contribuindo para humanizar o ambiente escolar; favorecer o trabalho em grupo e o diálogo entre os estudantes; socializar as concepções apresentadas pelos estudantes e, favorecer a argumentação (SILVA, 2012).



Pontuar os temas da teoria da evolução biológica que alguns jovens reconhecem como válidos constituiu um importante passo para a apreciação das construções e relações entre diversas visões de mundo (OLIVEIRA, BIZZO e PELLEGRINI, 2017), o que possibilitou um espaço aberto para discussões por meio do júri simulado, contribuindo para a identificação de semelhanças com visões históricas, conceitos científicos, o trabalho com hipóteses e a problematização de questões relativas à natureza da ciência (SILVA, 2012).

Desta forma, percebe-se que o aluno não deve ser considerado como uma tábula rasa desprovido de conhecimentos, pois deve-se levar em consideração os conceitos já apreendidos por estes, ou seja, suas estruturas cognitivas prévias (DALZOTO, 2014), fato sustentado por Becker (2001), no momento em que salienta o fato de que, independentemente do estágio de desenvolvimento em que o aluno se encontra, carrega consigo uma bagagem de conhecimentos prévios para que realmente ocorra significado naquilo que está sendo trabalhado.

Por meio desta atividade, o professor tem a oportunidade de observar os conhecimentos que os alunos já possuem, desmistificando fatos ditos populares, por meio do acompanhamento das discussões entre os grupos de alunos a respeito da temática que está sendo discutida, apontando, se necessário, aprofundamento da mesma no decorrer da aula (SILVA, 2012).

Em vista disto, salienta-se a importância da seleção referente às atividades que serão desenvolvidas em sala de aula para abordagem clara e significativa de um tema. Conforme Leão, Quartieri e Marchi (2013), a partir do planejamento e execução destas metodologias de ensino que dependerá o crescimento de cada aluno, visto que “a questão do ensino não se limita à habilidade de dar aulas, também envolve a efetivação de levar ao aprender” (PAIVA, et al. 2016).

Portanto, os professores devem trabalhar com o objetivo central de auxiliar o aluno na construção de sua bagagem cognitiva, elaborando aulas que contemplem as mais diversas estratégias elencadas pelas metodologias ativas onde o “protagonismo do estudante em seu processo de aprendizagem possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis para a construção de sua autonomia intelectual e social” (PINTO et al., 2013).

Em síntese, reafirma-se a necessidade e importância da percepção docente de que “ao ensinar evolução biológica é importante que o professor conheça as ideias de seus estudantes a respeito do assunto” (BRASIL, 1998), para a ocorrência da aprendizagem significativa sendo desta forma, necessária a problematização sobre o tema, enfatizando seleção natural, formas de adaptações ao ambiente e mutações que ocorrem ao longo do tempo.

3 CONCLUSÕES

Este eixo temático, abordado por meio do júri simulado, demonstrou a importância da utilização de metodologias ativas no contexto escolar e a validade destas sobre a aprendizagem dos alunos.

A inserção da estratégia júri simulado em uma atividade de ensino na disciplina



de Ciências, possibilitou às bolsistas o reconhecimento da percepção dos seus alunos sobre a questão evolutiva, viabilizando a discussão de questões científicas e culturais importantes para a reconstrução de conceitos sobre evolução, trocar ideias com a professora regente e propor uma metodologia diferenciada que pode ser explorada em sala de aula como uma técnica lúdica de aprendizado.

Compreende-se a relevância das aulas teóricas expositivas, portanto, coloca-se o quanto estas podem se tornar mais atraentes e construtivas para os alunos envolvidos, no momento em que alguma metodologia diferenciada é englobada ao corpo do planejamento.

O professor constrói o perfil de sua turma e, o maior sucesso deste, certamente é concretizar significado aos conhecimentos de seus alunos, e esta ação se consubstancializa por meio de aulas bem planejadas e desenvolvidas, visando instigar a curiosidade e gosto pela Ciência por parte dos alunos.

Dessa forma, conclui-se que estratégias de ensino que abordam a metodologia ativa possibilitam o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos e das habilidades argumentativas, contribuindo para a formação do estudante, tanto do ponto de vista profissional quanto do cidadão.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos, modelos epistemológicos. In: **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BENITE, Claudio R. M.; FIELD'S, Karla A. P.; BENITE, Anna M. C. Formar professores de química para a inclusão escolar: uma experiência com o júri simulado no ensino superior. **IX Congresso Internacional Sobre Investigación En Didáctica De Las Ciencias**, Girona, p. 365-369, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DALZOTO, Gilsani. **Fundamentos e metodologia de ensino para as ciências biológicas** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2014. 196 p.

DELIZOICOV, N. C.; GOEDERT, L.; ROSA, V, L. A formação de professores de Biologia e a prática docente: ensino de evolução. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**, 4. 2003, Bauru.

FERRY, Alexandre da Silva; NAGEM, Ronaldo Luiz. Analogia & contra-analogia: um estudo sobre a viabilidade da comparação entre o modelo atômico de Bohr e o sistema solar por meio de um júri simulado. **Experiências em Ensino de Ciências**, Minas Gerais, v. 4, n. 3, p. 43-60, 2009.

KINDEL, Eunice Aita Isaia. **A docência em Ciências Naturais: construindo um currículo para o aluno e para a vida**. Erechim: Edelbra, 2012.

KRASILCHIK, M. **Práticas de Ensino de Biologia**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.



LEÃO, Marcelo Franco; QUARTIERI, Marli Teresinha; MARCHI, Miriam Inês. Julgamento simulado sobre aditivos alimentares como estratégia para aprofundar os conceitos químicos. **Revista Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 5, n. 4, p. 105-113, 2013.

MARIN, Maria José Sanches; LIMA, Edna Flor Guimarães; PAVIOTTI, Ana Beatriz; MATSUYAMA, Daniel Tsuji; SILVA, Larissa Karoline Dias Da; GONZALES, Carina; DRUZIAN, Suelaine; ILIAS, Mércia. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das Metodologias Ativas de Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 13-20, 2010.

MEGLHIORATTI, F. A. **História da construção do conceito de evolução biológica**: possibilidades de uma percepção dinâmica da ciência pelos professores de Biologia, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru, 2004.

MORAN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens**. Vol. II Carlos Alberto de Souza e Ofélia Elisa Torres Morales (Org.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015.

MORTIMER, Eduardo Fleury. **Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Graciela da Silva; BIZZO, Nélío; PELLEGRINI, Giuseppe. Evolução Humana e Religião: Opiniões de Jovens Brasileiros e Italianos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, n. 1, p. 135-156, 2017.

PAIVA, Marlla Rúbya Ferreira; PARENTE, José Reginaldo Feijão; BRANDÃO, Israel Rocha; QUEIROZ, Ana Helena Bomfim. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa, **Sanare**, Sobral, v. 15, n. 2, p. 145-153, 2016.

PARKINSON, J.; ADENDORFF, R.D. The use of popular science articles in teaching scientific literacy. **English for Specific Purposes**, v. 23, n. 4, p. 379-396, 2004.

PELIZZARI, Adriana; KRIEGL, Maria de Lurdes; BARON, Márcia Pirih; FINCK, Nelcy Teresinha Lubi; DOROCINSKI, Solange Inês. Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel. **Revista do Programa de Educação Corporativa**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 37-42, 2002.

PINTO, Antonio Sávio da Silva; BUENO, Marcilene Rodrigues Pereira; SILVA, Maria Aparecida Félix do Amaral E; MENEZES, Milena Zampieri Sellmann De; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. O Laboratório de Metodologias Inovadoras e sua pesquisa sobre o uso de metodologias ativas pelos cursos de licenciatura do UNISAL, Lorena: estendendo o conhecimento para além da sala de aula. **Revista de Ciências da Educação**, v. 2, n. 29, p. 67-79, 2013.

PIVATTO, Wanderley. Aprendizagem significativa: revisão teórica e apresentação de um instrumento para aplicação em sala de aula. **Itinerarius Reflections**, v. 2, n. 15, 2013.

POZO, J.; CRESPO, M. **A aprendizagem e o ensino de ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REAL, LM.C.; MENEZES, C. Júri simulado: possibilidade de construção de conhecimento a partir de interações em um grupo. In: NEVADO, R.A.; CARVALHO, M.J.S.; MENEZES,



C.S. (Org.). **Aprendizagem em rede na Educação a Distância**: estudos e recursos para formação de professores. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2007.

RONCA, Antonio Carlos Caruso. Teorias de ensino: a contribuição de David Ausubel. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 91-95, 1994.

SCHNETZLER, Roseli Pacheco. Construção do conhecimento e ensino de ciências. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 55, jul./set. 1992.

SILVA, Boniek Venceslau da Cruz. A história e filosofia da ciência na sala de aula: Construindo estratégias didáticas com futuros professores de Física. **Lat. Am. J. Phys. Educ**, Piauí, v. 6, n. 3, p. 412-417, 2012.

YABER, Renata Lopes da Silva; BARROS; Marcelo Diniz Monteiro de. Estudando a evolução biológica por meio de histórias em quadrinhos. **Trilhas pedagógicas**, Pirassununga, v. 7, n. 7, p. 103-122, ago. 2017.



A INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A COMUNIDADE POR MEIO DA FITOTERAPIA

Ana M. M. Souza^{1,2}
Caroline M. Silva^{1,2}
Thaís R. Barbosa^{1,2}
Vanessa C. Hermes^{1,3}
Lia G. Possuelo^{2,4}
Lisoni M. Morsch^{2,4}
Chana M. Silva^{2,4}

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade, as plantas medicinais sempre tiveram importância fundamental na cultura, na medicina e na alimentação das sociedades do mundo. O uso e conhecimento das técnicas de preparação das plantas foram sendo adquiridos e passados através das gerações, a fim de melhorar suas condições de sobrevivência, e, a partir disso, as populações acumularam experiências e vasto conhecimento a seu respeito (ANTONIO; TESSER; MORETTI-PIRES, 2013). O interesse pelas plantas medicinais capazes de produzir diversos efeitos no corpo humano é tão antigo quanto a própria humanidade, o que pode ser considerado fundamental para o auxílio na recuperação da saúde (CUNHA; SILVA; ROQUE, 2003). Essa ciência é chamada de fitoterapia, definida como uma terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas sem a utilização de substâncias ativas isoladas, ainda que de origem vegetal (BRASIL, 2015).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), planta medicinal é toda espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada para fins terapêuticos, cuja utilização tem sido relatada pela sua ancestralidade através do uso popular (BRASIL, 2006). Atualmente, cerca de 80% da população mundial utiliza recursos da medicina popular para tratamento de alguma doença, em que os conhecimentos das técnicas utilizadas e o seu emprego são transmitidos oralmente de geração a geração em

- 1 Acadêmicas do Curso de Farmácia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul/RS, Brasil
- 2 Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde
- 3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação – PROBITI/FAPERGS
- 4 Docentes do Departamento de Biologia e Farmácia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul/RS, Brasil. Contato: csilva@unisc.br



diversos países. Essas informações são preocupantes no meio científico, pois pouco se sabe sobre a confiabilidade e segurança do uso de muitas plantas medicinais utilizadas corriqueiramente (FIRMO et al., 2011).

Atualmente, o uso da fitoterapia está vinculado ao conhecimento tradicional e tecnológico, possuindo o Brasil um grande potencial para o desenvolvimento dessa terapêutica, visto a ampla diversidade vegetal (BRASIL, 2015). O Brasil é o país que detém a maior parcela da biodiversidade, em torno de 15% a 20% do total mundial, com destaque para as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade. São cerca de 60.000 espécies vegetais superiores, e apenas 8% destas já foram investigadas quanto aos seus compostos bioativos, e um número menor ainda (cerca de 1.100 espécies) foi avaliado quanto às suas propriedades farmacológicas (BRASIL, 2006).

Nos últimos anos, a fitoterapia vem sendo difundida intensamente no meio urbano, como forma alternativa ou complementar aos medicamentos alopáticos. Considerando as características culturais, diversidade de grupos étnicos e riqueza de recursos naturais do Brasil, esta prática surge como uma medicina popular, rica e original (GALVANI; BARRENECHE, 1994). Apesar das ervas medicinais já fazerem parte da cultura popular brasileira, atualmente está ocorrendo uma valorização das terapias naturais, como recursos alternativos ou complementares às práticas tradicionais institucionalizadas. Os fatores que impulsionam o crescimento da adoção das terapias complementares são o alto preço dos medicamentos e da assistência privada à saúde; a precariedade nos serviços de saúde; além da busca por um tratamento mais natural e com reduzido potencial de eventos adversos (GOMES, 1985, citado por TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2005).

Nesse sentido, a inclusão da fitoterapia no tratamento dos problemas de saúde da população é favorável à saúde humana, desde que o usuário tenha conhecimento da finalidade e dos riscos e benefícios (BADKE et al., 2012). No entanto, é preciso salientar que o uso popular e tradicional não são suficientemente válidos para considerar as plantas medicinais como medicamentos eficazes e seguros (ARGENTA et al., 2011).

Do ponto de vista legal, o momento que demarca o início do processo de inserção da Fitoterapia nos serviços de saúde no Brasil ocorreu em 1998, quando a Comissão Interministerial de Planejamento e Coordenação (CIPLAN), através da resolução nº 8, disciplinou a introdução da Fitoterapia nos serviços de saúde (BRASIL, 1998; BRASIL, 2006b).

No ano de 2006, através do decreto da Presidência da República nº 5.813, de 22 de junho, foi criada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (BRASIL, 2006b). No mesmo ano, através de portaria do Ministério da Saúde GM/MS nº 971, também foi instituída a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) abrangendo além da Fitoterapia, a Homeopatia, a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, o Termalismo/Crenoterapia e a Medicina Antroposófica. Essas duas políticas incrementaram a discussão sobre a oportunidade, a importância, as dificuldades, as facilidades e as vantagens da implementação da Fitoterapia nos serviços de saúde do SUS (BRASIL, 2006). Já no ano de 2017, criou-se Portaria nº 849, de 27 de março de 2017, a qual foi o marco da inserção de 14 novas Práticas



Integrativas e Complementares (PICs) no SUS, com o intuito de promover a saúde e ampliar as práticas já oferecidas pelo sistema de saúde, mantendo e reforçando o uso da fitoterapia e de outras PICs reconhecidas (BRASIL, 2017).

Assim, o interesse popular e institucional vem crescendo no sentido de fortalecer a fitoterapia no SUS, a implementação dessa prática incorporou uma terapêutica artesanal sem meios sofisticados ou técnicas elaboradas de possibilidade de tratamento à disposição dos profissionais de saúde, possibilitando também o resgate milenar, onde se interligam o conhecimento científico e o saber popular e suas diferentes formas de tratá-lo (FIGUEREDO; GURGEL; JÚNIOR, 2014).

Com isso, o objetivo deste trabalho é incentivar e estimular o uso da fitoterapia na comunidade como uma das PICs preconizadas pelas políticas nacional e estadual de Práticas Integrativas e Complementares no âmbito do SUS, fortalecendo a parceria com as estratégias de saúde da família municipais, bem como gerando produção de conhecimento relevante para a área da fitoterapia racional. Busca-se resgatar o saber popular e ressaltar os estudos científicos sobre as diferentes etapas que envolvem o cultivo, o beneficiamento, a preparação e o uso das plantas medicinais.

2 METODOLOGIA

Durante a disciplina de Farmacobotânica, do curso de Farmácia, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), ministrada pela professora Chana de Medeiros da Silva, no período de março a julho de 2016, surgiu a ideia da construção de um Horto Medicinal na instituição. Esta iniciativa foi sendo fortalecida e discutida de forma muito consistente até que foi possível estabelecer parcerias e viabilizar a construção do mesmo. Dessa forma, um grupo de alunos liderou a etapa de planejamento do horto e outro grupo iniciou-se na pesquisa das plantas que seriam implementadas. Após o término da disciplina, a prática foi continuada e incorporada ao projeto Pró-saúde, onde novos objetivos foram acrescentados e estabelecidos. Optou-se por manter a construção do Horto Medicinal e da Cartilha Didática, além de incluir ações de difusão do conhecimento junto à comunidade, organizando palestras, oficinas e rodas de conversa sobre temáticas pertinentes ao uso da fitoterapia racional na comunidade.

2.1 Criação do Horto Medicinal

A construção da estrutura do Horto Medicinal foi realizada pelo curso de Engenharia Agrícola, em parceria com o curso de Farmácia e com apoio do projeto de extensão Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde, financiado pelo Ministério da Saúde/BR. Foram construídas bancadas para dispor as plantas e canteiros localizados nas laterais do horto.

Realizou-se um levantamento das plantas medicinais mais utilizadas em cada sistema biológico, levando-se em conta os aspectos geográficos da região e as condições de cultivo. Sendo assim, foram selecionadas 13 espécies de diferentes famílias botânicas. A aquisição das mudas ocorreu em uma visita técnica ao Centro Regional de Formação Profissional de Agricultores de Nova Petrópolis (CETANP-



Emater), no mês de junho de 2016, onde também se conheceu o projeto da instituição em relação ao incentivo ao uso de plantas medicinais por meio da sua distribuição no Sistema Único de Saúde. Outras mudas foram arrecadadas através de doações dos membros do projeto ou compradas com a verba destinada ao projeto.

2.2 Confeção de uma Cartilha Didática

Para facilitar o entendimento da população, elaborou-se uma cartilha didática e técnico-científica, contendo todas as plantas presentes no horto e também outras de fácil acesso, com seus devidos usos terapêuticos. Assim, a revisão bibliográfica foi desenvolvida e fundamentada a partir da análise de artigos científicos obtidos nas bases de dados e livros consultados.

Diante disso, foram selecionadas 27 plantas utilizadas popularmente no combate às doenças de baixa gravidade, com o intuito de levar o saber popular do uso das plantas medicinais para a população em geral. Para a estruturação da cartilha, foram pesquisadas diversas informações, tais como nome científico e popular, sinônimos científicos, família botânica, partes utilizadas das plantas, indicações de uso, modo de uso, forma de preparo e toxicidade. Também foi incluído na cartilha um glossário com todos os termos científicos utilizados, bem como um manual contendo uma explicação sobre as diferentes formas de preparações caseira das plantas.

2.3 Oficinas, palestras e rodas de conversas

As atividades foram organizadas de modo a contemplar os usuários e profissionais da Rede Básica de Saúde, além de alunos e professores de escolas do município. As palestras e rodas de conversas foram elaboradas tratando como temas principais o uso de plantas medicinais na hipertensão arterial e na diabetes; plantas e remédios fitoterápicos para o sistema respiratório e digestório. Para as oficinas foram adotadas temáticas abordando a colheita, a secagem, e posteriormente, a forma de preparo de chás. A proposta de oferecimento das oficinas, palestras e rodas de conversas foi apresentada à coordenação das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESFs) do município de Santa Cruz do Sul e após concordância da coordenadora, foi montado um calendário para que várias ESFs e Unidades Básicas de Saúde (UBS) fossem contempladas, visto que estas ações continuam acontecendo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos realizados com as plantas medicinais, deu-se continuidade à parte prática do projeto, já com os materiais didáticos finalizados, iniciou-se, de fato, o contato direto com a comunidade, por meio das palestras, visitas, rodas de conversas e oficinas integrativas.



3.1 Horto Medicinal

Cerca de 13 plantas medicinais foram inicialmente cultivadas no Horto Medicinal da Unisc (Tabela 1), entre os meses de junho a julho de 2016. As espécies foram cultivadas em canteiros ou vasos ou ainda em sacos de plantios preparados com terra de mata e substrato (slabs). Algumas espécies foram cultivadas em sementeiras onde sementes foram semeadas para a germinação e, posteriormente, as mudas foram transferidas para os canteiros. As mudas foram aguadas e manteve-se o controle de temperatura e umidade necessário para o desenvolvimento das mesmas.

Tabela 1 – Número de mudas de cada planta presente do Horto da Instituição

Nome Popular	Nome Científico	Número de mudas
Hortelã-pimenta	<i>Mentha x piperita L.</i>	5
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	2
Mil-folhas	<i>Achillea millefolium L.</i>	3
Alcachofra	<i>Cynara scolymus L.</i>	2
Guaco	<i>Mikania glomerata</i>	2
Melissa	<i>Melissa officinalis L.</i>	2
Malva	<i>Malva paviflora L.</i>	3
Penicilina	<i>Alternanthera brasiliana L.</i>	3
Cavalinha	<i>Equisetum hyemale L.</i>	4
Capim-cidrô	<i>Cymbopogon citratus</i>	12
Boldo-brasileiro	<i>Plectranthus barbatus</i>	3
Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i>	2
Babosa	<i>Aloe vera</i>	3

No período de colheita, as plantas foram coletadas, lavadas, desidratadas em estufa de secagem de solos, classificadas e devidamente embaladas, para serem entregues ao público alvo, durante as rodas de conversas, palestras e oficinas em escolas, unidades básicas de saúde e em campanhas da Universidade. Foi elaborado um rótulo contendo todas as informações necessárias das plantas, tais como nome popular e científico, parte da planta, formas de preparo e de utilização da planta medicinal, data de beneficiamento e data de validade. O Horto Medicinal (Figura 1) serve também como local de aulas práticas para as disciplinas de Farmacobotânica, Farmacognosia e Fitoterapia.



Figura 1 – Representação de algumas plantas medicinais cultivadas no Horto



É fundamental o papel de um Horto de plantas medicinais, pois as mesmas auxiliam no tratamento e prevenção de doenças, colaborando com o resgate do saber popular sobre o uso das plantas, bem como cooperando com a preservação do meio ambiente. Além disso, o horto serve como um instrumento de aprendizagem que faz interconexão entre a graduação, a pesquisa, a extensão e a comunidade (SILVA; ISHIKAWA; SILVA, 2011).

As ações promovidas numa comunidade têm a finalidade de melhorar a qualidade de vida da população, proporcionando a utilização de recursos naturais disponíveis no ecossistema, para que possam recorrer quando necessário a esses tratamentos, a fim de combater distúrbios de baixa gravidade, fazendo a complementação ou até a substituição de alguns tratamentos convencionais pelo uso racional e seguro de plantas medicinais. Também podem funcionar como um espaço de aprendizagem, onde a comunidade pode reconhecer as plantas, seu potencial terapêutico, as partes de utilização, a dose que fará uma melhor eficácia,

com segurança e sem toxicidade, bem como as práticas de cultivo, beneficiamento e modos de preparo. Ainda, são capazes de proporcionar uma educação ambiental, gerando uma transformação sócio-político-cultural, a partir do resgate e da manutenção de valores tradicionais (BORSATTO et al., 2009).

Segundo Borsatto et al. (2009), para que uma planta medicinal desenvolva todo potencial terapêutico, os fatores ambientais, dentre eles o solo, o clima, a temperatura, época de plantio e colheita, estações do ano, tempo de duração do dia, são fundamentais para a garantia do êxito no cultivo, fato que foi considerado durante o plantio das mudas no Horto, e que se mostrou eficaz para contribuir no crescimento saudável das plantas. Não se sabe ao certo o quanto cada fator pode contribuir ou interferir no desenvolvimento do vegetal, pois cada planta apresenta características próprias de desenvolvimento (CORRÊA et al., 1998). Por esse motivo, há a necessidade de certos cuidados no cultivo, como verificar época e local de plantio, horário de colheita, cuidados na adubação, tipos de solo, temperatura ideal, métodos de secagem e armazenamento de cada planta, sempre obedecendo às características e às necessidades de cada espécie (DEFANI, PEREIRA, 2009).

As plantas medicinais representam recurso natural de grande importância, com potencial econômico indiscutível e imprescindível (NEVES, 2001). Conforme Arnous et al. (2005) a necessidade exige e a ciência busca a unificação do progresso com aquilo que a natureza oferece, respeitando a cultura do povo em torno do uso de produtos e plantas medicinais para curar os males. Assim, no passado as plantas representavam o principal meio terapêutico conhecido e continuam sendo empregadas tanto de forma direta no tratamento de males quanto como matéria-prima de medicamentos utilizados na medicina moderna.

3.2 Cartilha Didática

Das 27 plantas pesquisadas para cartilha, constatou-se que 96,30 % delas são utilizadas para uso interno, principalmente na forma de chá (Tabela 2). Assim, foi possível construir um material didático, prático e acessível a todos os públicos, com finalidade de incentivar o uso racional sobre as plantas medicinais utilizadas no nosso dia a dia, com informações sobre indicações de uso e toxicidade.

O uso interno abrange preparações que podem ser empregadas na forma de chá, xarope, suco, vinho medicinal, pó, comprimido, cápsula, tintura, dentre outras. Já o uso externo está relacionado à preparações que podem ser empregadas na forma de pomadas, xampus, óleos, compressas, emulsões, cataplasmas e banhos, entre outros (LOPES, 2006).

A Organização Mundial de Saúde, desde 1978, vem estimulando o uso racional de plantas medicinais nos sistemas nacionais de saúde, bem como a validação desse conhecimento. A Alemanha é o país que mais consome produtos à base de plantas, tendo seu uso referenciado por 66 % da população para tratar resfriados e por 25% da população para tratar insônia, distúrbios digestivos, cefaleia e nervosismo (LOPES, 2006). Desse modo, a confecção de uma cartilha tendo enfoque no uso de plantas medicinais é de vasta importância, pois destina à promoção do uso racional e seguro das plantas medicinais, buscando incentivar essa prática milenar entre a população.



Tabela 2- Indicações de usos das plantas medicinais presentes na cartilha

Nomes populares	Nomes científicos	Usos Interno/Externo	Algumas indicações
Alcachofra	<i>Cynara scolymus L.</i>	Interno	Antidispéptico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis L.</i>	Interno	Dispepsia
Alho	<i>Allium sativum L.</i>	Interno/Externo	Hipertensão arterial leve
Arnica	<i>Arnica montana L.</i>	Externo	Anti-inflamatória
Babosa	<i>Aloe vera</i>	Externo	Entorses e contusões
Boldo-brasileiro	<i>Plectranthus barbatus</i>	Interno	Dispepsia/hipotensão
Boldo-do-Chile	<i>Peumus boldus</i>	Interno	Dispepsia
Camomila	<i>Matricaria recutita</i>	Interno/Externo	Ansiolítico/ sedativo leve
Capim limão	<i>Cymbopogon citratus</i>	Interno	Ansiolítico/ sedativo leve
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i>	Interno	Desobstrui o fígado
Cavalinha	<i>Equisetum hyemale L.</i>	Interno/Externo	Diurético
Dente de leão	<i>Taraxacum officinale</i>	Interno/Externo	Cálculo renal/vesícula
Espinheira-santa	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Interno	Antiácido
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i>	Interno/Externo	Expectorante
Funcho	<i>Foeniculum vulgare</i>	Interno	Gases intestinais/cólica
Gengibre	<i>Zingiber officinales</i>	Interno	Antiemético
Ginkgo	<i>Ginkgo biloba L.</i>	Interno/Externo	Cardiovascular
Guaco	<i>Mikania glomerata</i>	Interno	Tosse e gripe
Hortelã-pimenta	<i>Mentha x piperita L.</i>	Interno	Antiespasmódico
Malva	<i>Malva paviiflora L.</i>	Interno/Externa	Anti-inflamatório
Marcela	<i>Achyrocline satureioides</i>	Interno	Má digestão/cólicas
Melissa	<i>Melissa officinalis L.</i>	Interno	Insônia/calmante
Mil-Folhas	<i>Achillea millefolium L.</i>	Interno/Externo	Amenorréia
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri L.</i>	Interno	Cálculo renal
Sene	<i>Cassia angustifolia</i>	Interno	Constipação intestinal
Tansagem	<i>Plantago major L.</i>	Interno	Gastrintestinal
Valeriana	<i>Valeriana officinalis L.</i>	Interno	Sedativo moderado/ distúrbios do sono



3.3 Oficinas, palestras e rodas de conversas

As rodas de conversas realizadas foram destinadas aos usuários e profissionais da Rede Básica de Saúde do município de Santa Cruz do Sul e executadas no período de março à novembro de 2017, de acordo com a disponibilidades das ESFs e UBSs. Foram feitas sete rodas de conversas, nas ESFs COHAB, Rauber/Carlota e UBSs Rio Pardinho, Arroio Grande, Avenida e Pinheiral, atingindo um número de cento e cinquenta pessoas (Figuras 2 e 3). Os temas abordados envolveram as formas de preparo de chás, plantas e remédios fitoterápicos para o sistema respiratório e digestório, uso de plantas medicinais na hipertensão arterial e na diabetes, beneficiamento das plantas e formas de preparações caseiras.

Figura 2 – Local e público atingido com as palestras e rodas de conversas sobre fitoterapia racional

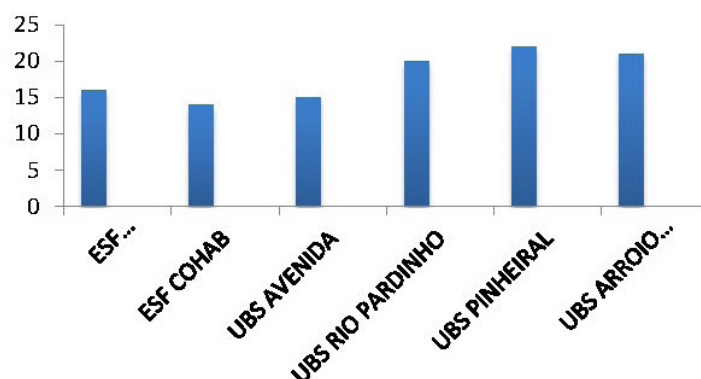


Figura 3 – Registro fotográfico de algumas palestras e rodas de conversas



A partir de uma demanda da Escola Educar-se, também foi planejada uma oficina didática com as turmas dos primeiros anos da educação fundamental no intuito de atingir o público infantil e os professores das escolas, para resgatar o conhecimento sobre a ação de algumas plantas no organismo e incentivar o uso de preparações caseiras, como por exemplo, os chás, para promoção e prevenção da saúde através dessa prática integrativa.

O objetivo da oficina foi mostrar aos alunos como é feita a limpeza dos canteiros e colheita de plantas medicinais, secagem e preparo dos chás. Inicialmente a atividade foi desenvolvida no próprio horto da escola onde foi realizada uma conversa sobre o uso das plantas medicinais e a preparação de chás como remédios caseiros. Também foi realizada a limpeza dos canteiros e a colheita das plantas. Após, colheita, as plantas foram levadas ao Laboratório de Oleoquímica do Centro de Excelência em Produtos e Processos Oleoquímicos e Biotecnológicos do TecnoUnisc e foram lavadas e separadas para secagem em estufas. Os alunos conheceram o local, acompanharam o processo de secagem das plantas, auxiliaram no preparo dos chás e embalo destes para o consumo, após ocorreu a distribuição dos chás prontos aos alunos (Figura 4).

Figura 4 – Registro fotográfico de alguns momentos da oficina na escola Educar-se



Este ponto é crucial para que o saber popular sobre a fitoterapia não se perca no decorrer dos anos. Nesse contexto, a escola é um dos principais meios para que estas informações cheguem aos alunos de maneira clara e objetiva, pois “[...] o ensino e a aprendizagem que ocorrem nas salas de aula representam uma das maneiras de construir significados, reforçar e conformar interesses sociais, formas de poder, de experiência, que têm sempre um significado cultural e político” (SANTOMÉ, 1995).

As alunas bolsistas encarregaram-se de todo o material para apresentação, na forma de slide, cartilha e folders, sendo os últimos, disponibilizados pela coordenação do curso de Farmácia da universidade em parceria com a Farmácia Escola. As palestras e capacitações foram supervisionadas pelas professoras orientadoras do projeto, Chana de Medeiros da Silva, Lisoni Muller Morsch, Lia Gonçalves Possuelo e também pela farmacêutica da Farmácia Escola, Mênica Brandenburg Back. Os usuários e profissionais da Rede, bem como estudantes ecolares tiveram a oportunidade de agregar conhecimento e questionar suas dúvidas sobre os temas.

Um dos pontos relevantes a ser destacado nas rodas de conversas, foi que, muitas vezes, o usuário relatava que seus medicamentos não estavam sendo eficazes, pois não possuíam conhecimento suficiente de uma possível interação do mesmo com as plantas utilizadas diariamente, como por exemplo, no chimarrão. Os profissionais agradeceram pela contribuição de grande valia a eles, já que estas informações são de total importância para a dispensação correta dos medicamentos. De forma geral, a interação do público em todas as ocasiões foi satisfatória, pois sempre houve compartilhamento das informações e saberes de ambas as partes, o que contribuiu de forma recíproca para o conhecimento de todos.

De acordo com Queiroz (2000), a revitalização das práticas médicas antigas, hoje consideradas medicina integrativa, é um fenômeno que contribui para a forma hegemônica gradual dessas modalidades, uma vez que sua organização mais ampla e integrada permite respostas mais apropriadas aos problemas gerados pela mecanicista especialização excessiva dos métodos convencionais. As profundas raízes culturais da população brasileira facilitaram a sobrevivência da fitoterapia até os dias atuais, isso permitiu que esses saberes sejam colocados em práticas e auxiliem no tratamento de muitas enfermidades em associação com medicamentos, sendo levada a toda a população (SACRAMENTO, 2000).

A eficácia e o baixo custo operacional da utilização das plantas medicinais nos programas de atenção básica à saúde, pode-se considerar uma integrativa terapêutica muito útil e importante (SANTOS et al., 2011). Nos serviços onde a Fitoterapia já foi implementada, é comum a participação dos usuários em atividades como palestras, oficinas, construção de canteiros etc. Isto ocorre porque eles se sentem sujeitos ativos, por deterem conhecimento na área e por serem chamados a participar de atividades em que se sentem capazes de interagir (FIGUEREDO; GURGEL; JÚNIOR, 2014).

Segundo a Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) no SUS, a capacitação, na área de “Plantas Medicinais e Fitoterapia” deve ser realizada através de cursos básicos interdisciplinares comum a toda a equipe de saúde, visando à sensibilização dos profissionais a respeito dos princípios e diretrizes do SUS, das políticas de saúde, das Práticas integrativas do SUS, das normas e regulamentos e dos



cuidados gerais com as plantas medicinais e fitoterápicos; cursos específicos para profissionais de saúde de nível universitário, detalhando os aspectos relacionados à manipulação, fitoterápicos, de acordo com as categorias profissionais da área agrônômica detalhando os aspectos relacionados a toda a cadeia produtiva de plantas medicinais (BRASIL, 2006b).

A fitoterapia faz com que o ser humano volte a se conectar com a natureza e assim buscar, pelo uso de plantas, uma forma de ajudar o organismo em vários sentidos, como restaurar a imunidade enfraquecida, normalizar funções fisiológicas, desintoxicar órgãos e até mesmo para rejuvenescer (FRANÇA et al., 2008).

4 CONCLUSÃO

As atividades realizadas no decorrer do projeto, com caráter educativo, serviram, além do público em geral e ESFs, aos alunos do ensino fundamental, tendo a escola Educar-se como exemplo e tendo sido guiadas por alunas da Unisc e professoras orientadoras capacitadas para tal função.

O projeto demonstrou grande significância no sentido da promoção à saúde e qualidade de vida. A implantação do Horto da Universidade, contendo diversas espécies vegetais e a sua visita são uma forma de aproximar a comunidade com a instituição, por meio do incentivo e estímulo do uso da fitoterapia como uma das práticas integrativas e complementares preconizadas pelas políticas nacional e estadual de PICs no âmbito do SUS, sendo este o objetivo principal do projeto.

As oficinas, palestras e rodas de conversas serviam como veículo para aproximação da Unisc com as estratégias de saúde da família municipais e escolas, gerando produção de conhecimento relevante para a área da fitoterapia racional. A distribuição dos materiais educativos contribuiu para o resgate do saber popular, além de ressaltar o estudo científico sobre o cultivo e uso das plantas fitoterápicas, possibilitando o reconhecimento correto de cada planta.

Este projeto está de acordo com o âmbito da Universidade que, pelo seu caráter regional e comunitário, busca transmitir o conhecimento à população, onde o usuário poderá beneficiar-se da fitoterapia racional, utilizando as plantas medicinais de forma segura e eficaz. O projeto ainda se encontra em andamento, dando continuidade às atividades ligadas à comunidade, fortalecendo a parceria da instituição com as Estratégias de Saúde da Família, por meio do incentivo do uso da fitoterapia como uma das Práticas Integrativas e Complementares (PICs).

REFERÊNCIAS

ANTONIO, D. G.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Contribuição das plantas medicinais para o cuidado e a promoção da saúde na atenção primária. **Interface**, Botucatu, v. 17, n. 46, p. 615-633, 2013.

ARGENTA, S. C. et al. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 7, n. 12, p. 51-60, 2011.



ARNOUS, A. H.; BEINNER, R.P.C.; SANTOS, A.S. Plantas medicinais de uso caseiro: conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 6, n. 2, p. 1-6, jun. 2005.

BADKE, M. R. et al. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. **Texto contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 21. n. 2, p. 363-370, 2012.

BORSATTO, A. V. et al. **Plantas Medicinais e agroecologia**: uma forma de cultivar o saber popular na região de Corumbá, MS. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009. p. 1-13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. p. 60.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto Presidencial nº971, de 03 de maio de 2006**. Política Nacional de Práticas Integrativas e complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto Presidencial nº 5813, de 22 de junho de 2006**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília- DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 849, de 27 de março de 2017**. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília, 2017.

BRASIL. Resolução CIPLAN Nº 8/88, de 8 de março de 1998. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, v. 126, n. 48, p. 3.999-4.000, 11 mar. Seção I. 1998.

CORRÊA, A. D.; BATISTA, R. S.; QUINTAS L. E. M. **Plantas medicinais**: do cultivo à terapêutica. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CUNHA, A. Proença; SILVA, Alda Pereira; ROQUE, Odete Rodrigues. **Plantas e produtos vegetais em fitoterapia**. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DEFANI, Marli Aparecida; PEREIRA, Marli Candido. **Plantas Medicinais**: modificando conceitos. 2009.

FRANÇA, I. S. X. et al. Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 201-8, 2008.

FIGUEREDO, C. A.; GURGEL, I. G. D.; JÚNIOR, G. D. G. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2014.

FIRMO, Wellyson da Cunha et al. Contexto histórico, uso popular e concepção científica sobre plantas medicinais. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011.

LOPES, C. A. **Diagnóstico e tratamento**. Barueri: Manoele, 2006. p. 431-432. V. 1.



QUEIROZ, M. S. O itinerário rumo às medicinas integrativas: uma análise em representações sociais de profissionais da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, v. 16, p. 363-75, 2000.

NEVES, M.C.M. **Plantas medicinais**: diagnóstico e gestão. Brasília: Ed. IBAMA, 2001. 52p.

SACRAMENTO, H.T. Legislação para produção, comercialização e uso de plantas medicinais. In: JORNADA PAULISTA DE PLANTAS MEDICINAIS, 5.; 2001. Botucatu. **Anais...** Botucatu: UNESP, 2000. p. 33.

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-177.

SANTOS, R. L. et al. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.13, n. 4, p. 486-491, 2011.

SILVA, G. A.; ISHIKAWA, T.; SILVA, M. A. Projeto de implementação do horto de plantas medicinais da faculdade de ciências farmacêuticas. Alfenas/ MG, 2011. p. 3-4.

SILVA, M. C. **Conhecimento científico e o saber popular sobre os moluscos nos terreiros de candomblé de Recife e Olinda, estado de Pernambuco**. 2006. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.



FÓRUM SOBRE DROGAS: ARTICULANDO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Taís Morgana dos Santos¹
Natália Sulzbach²
Carina Ferreira dos Santos³
Rayssa Madalena Feldmann⁴
Evelin Helena Torre⁵
Marcia de Bastos Braatz⁶
Daiane Carine Klein⁷
Edna Linhares Garcia⁸

1 INTRODUÇÃO

A presente escrita coloca-se como uma construção que entrelaça teoria e prática, a partir da experiência do Fórum Sobre Drogas, realizado anualmente, desde 2010. Com ênfase à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, o evento tem como proposta central possibilitar espaços de diálogos sobre a temática das drogas na contemporaneidade, em seus mais variados arranjos. Nessa perspectiva, a discussão envolve não só a comunidade acadêmica da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), mas também os adolescentes e representantes das escolas do município. Não menos importante, o evento conta com a presença de gestores e trabalhadores da rede de saúde, que constituem parte indispensável nesta interlocução.

Neste ano, em sua sétima edição, o Fórum trouxe para a cena a dimensão da prevenção ao uso de drogas na adolescência, compreendendo o ato da escuta como ponto de partida. Tal movimento implica uma atitude de legitimar o saber dos diferentes sujeitos envolvidos, no sentido de construir processos de autonomia,

1 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: taismorgana@mx2.unisc.br

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: nataliasulzbach@mx2.unisc.br

3 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: carinafsantos@mx2.unisc.br

4 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: rayssafeldmann@mx2.unisc.br

5 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: evelin@mx2.unisc.br

6 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: marciabraatz@mx2.unisc.br

7 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNISC. Email: daianeklein@mx2.unisc.br

8 Docente do Departamento de Psicologia da UNISC e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Promoção à Saúde - UNISC. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora da pesquisa "Narrativas de adolescentes sobre drogas e os serviços de saúde CAPSad e CAPSia: interlocuções possíveis". Email: edna@unisc.br



liberdade de expressão e pensamento crítico em relação àquilo que os cercam cotidianamente. O encontro, portanto, buscou escutar, compreender e dar voz às construções e sentidos que os adolescentes têm sobre esta temática, considerando suas impressões e vivências.

Para o presente relato, inicialmente é traçada a forma pela qual o Fórum foi se constituindo no âmbito acadêmico e, ao mesmo tempo, foi ultrapassando este limite, na medida em que passou a transitar também pelos espaços comunitários e desenhar ações com a população em geral. Para isto, é apresentada a metodologia da qual a atividade se vale e de como se dá no momento do evento. Por fim, apresenta-se uma discussão a partir de marcadores importantes trazidos na fala dos adolescentes, articulando o encontro com o intersubjetivo, as demandas da comunidade e o saber científico.

2 FÓRUM DE DISCUSSÃO SOBRE DROGAS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

O *Fórum de discussão sobre drogas na contemporaneidade* tem se consolidado enquanto uma atividade de Extensão realizada anualmente pela UNISC, por meio do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Promoção da Saúde - PPGPS e do departamento de Psicologia. Com início em 2010, através da pesquisa "A realidade do crack em Santa Cruz do Sul", ancora-se na ideia não somente de discutir conhecimentos científicos produzidos em relação à temática das drogas, mas, igualmente, de construir práticas de prevenção ao uso, cuidado e desenvolvimento da cidadania. Atualmente, a atividade está vinculada à pesquisa "Narrativas de adolescentes sobre drogas e os serviços de saúde CAPSad e CAPSia: interlocuções possíveis", objetivando reflexões sobre os desdobramentos e interlocuções teóricas que atravessam e constituem a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

No ano de 2016, a atividade de Extensão do Fórum contou também com a parceria do Conselho Municipal Sobre Álcool e Outras Drogas – COMAD e com o apoio do Pró-Saúde, possibilitando espaços de diálogos e a construção de intervenções no âmbito do uso problemático de drogas. Em uma perspectiva intersetorial de promoção de saúde, a temática da sexta edição do Fórum perpassou a identificação dos fatores de risco e proteção, tendo como protagonistas os adolescentes escolares. Assim, ao longo de um semestre, em diferentes escolas do município, as representações e a fala dos próprios estudantes foram tecendo dispositivos para as discussões das rodas de conversa realizadas no VI Fórum. Nesta socialização, foram promovidas reflexões coletivas e abertas à comunidade em geral, tendo a participação do professor Ricardo Brasil Charão como coordenador do debate, escolhido em função da ampla experiência no campo da Saúde Coletiva, com foco em temas como promoção de saúde e prevenção ao HIV/Aids junto a pessoas usuárias de álcool e outras drogas, bem como outros grupos populacionais vulneráveis.

Em setembro deste ano, 2017, ocorreu a VII edição do *Fórum de discussão sobre drogas na contemporaneidade*, na Universidade de Santa Cruz do Sul, organizado por bolsistas e pela coordenadora da pesquisa já mencionada anteriormente. Em espaços disponibilizados pela universidade, o grupo reuniu-se semanalmente com o intuito de refletir sobre os Fóruns anteriores, de repensar os dispositivos utilizados



para despertar a curiosidade e a fala dos participantes e de buscar propostas que pudessem ampliar as discussões acerca dos temas abordados. Para além disso, foram necessárias ainda interlocuções com outras instituições, considerando não somente a importância do apoio e suporte para a construção do evento, mas também os diferentes agentes que a temática alcança: estudantes, professores e gestores das escolas, a família, as entidades públicas, a rede de saúde, a universidade, as ações não governamentais etc.

3 METODOLOGIA

Ao lidar com a problemática social e de saúde que hoje configura a temática da droga e da drogadição, torna-se evidente a necessidade de realizar estudos e pesquisas que objetivem ir além da produção científica, isto é, impliquem intervenções na medida mesmo da produção desses conhecimentos. Neste intuito, seguiu-se o enlace da tríade Pesquisa, Ensino e Extensão, propondo-se uma metodologia que pudesse contemplar não apenas a produção do saber acadêmico, mas também viabilizar uma construção que ultrapassasse os espaços da universidade. Nessa direção, optou-se pela pesquisa-ação, que entrelaça o conhecer e fazer, junto a uma determinada realidade e aos participantes dela. Tal perspectiva demanda uma constante relação de troca e de reconhecimento do outro, fundamentais para os processos de mudanças.

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação oportuniza a integração entre o campo de estudo – ou a prática rotineira – e a construção da pesquisa científica, uma vez que os saberes e as intervenções são pensados para e pela comunidade na qual se está inserida. O objetivo, portanto, é a resolução de problemas coletivos de modo cooperativo e participativo. Fonseca (2002) acrescenta que esse método pressupõe não só uma compreensão e conhecimento da realidade, mas também um compromisso com ela. Isso porque o pesquisador abdica do lugar de observador e de único detentor do saber, sustentando uma posição de horizontalidade em relação aos demais atores do cenário social.

Substancialmente, os aspectos teóricos têm sustentação na teoria da psicanálise, a qual ressalta a importância do desejo do pesquisador como condição que possibilita a investigação e o seu próprio questionamento a respeito do contexto da pesquisa. Logo, é possível que se inquiete e problematize os discursos emergentes das ações humanas, em um movimento constante de afetar e ser afetado (DALLAZEN et al., 2012). Sobretudo, através da regra fundamental da Psicanálise de livre associação, é possível pensar em um pesquisar que convida os participantes a comunicarem tudo que lhes vem à cabeça, sem crítica ou seleção (FREUD, 1912/1996). Como consequência, criam-se espaços de fala, plenos de possibilidades e infinitos de sentidos, nos quais as pessoas passam a ocupar o seu lugar de sujeitos de linguagem.

Ao encontro a essas interlocuções teórico-práticas, o Fórum propõe, desse modo, encontros entre estudantes de diversos contextos do município de Santa Cruz do Sul (RS), assim como entre professores, gestores e trabalhadores da saúde e ensino, por meio de ações itinerantes. Na prática, a sétima edição do evento, marcada pela temática "Prevenção ao uso de drogas na adolescência: a escuta como ponto de



partida", construiu-se enquanto um espaço de escuta, que imprime uma fala livre e uma elaboração coletiva – considerando todo os saberes – de ações que viabilizem reflexão e transformação sobre uma determinada realidade.

Assim, no dia 01 de setembro, à tarde, participaram 49 adolescentes de 7 escolas do município, que vieram acompanhados de 27 professores, orientadores e gestores. Neste contexto, foram propostas atividades tanto para os adolescentes quanto para os adultos ali presentes. Em um primeiro momento, foi realizada a abertura do evento, contextualizando a atividade e apresentando as bolsistas e a coordenadora da pesquisa. Em seguida, os adolescentes foram distribuídos, aleatoriamente, em três salas, sendo cada uma delas organizada por uma dupla de bolsistas. Nesta organização, a atividade prevista para os grupos formados teve como pressuposto a ideia de que os adolescentes pudessem ter um lugar de fala, associando livremente – como propõe a Psicanálise – as suas representações e sentidos em relação à drogadição no contemporâneo. Como disparador inicial, ofereceu-se a interrogação: “quando se fala sobre a temática das drogas, a que isso lhe remete?”. Na materialidade, esse processo de encontro de saberes e discussão, realizou-se através da construção coletiva de cartazes, compostos por imagens recortadas de revistas, desenhos e escritos produzidos. Os profissionais das escolas, igualmente, tiveram a oportunidade de debater, compartilhar experiências e pensar novas ações, sendo acompanhados pela coordenadora da pesquisa e uma bolsista.

No final da tarde, quando todos se reuniram novamente, os adolescentes, vistos como protagonistas, puderam expor aos pares, aos professores, orientadores e gestores das diferentes escolas e aos organizadores do evento as suas produções. Nesse momento, mais que ter seu discurso legitimado, os adolescentes/alunos puderam, eles próprios, reivindicar sua palavra frente às intervenções que são diretamente dirigidas a eles. O resultado desse novo arranjo são movimentos que possibilitam o desenvolvimento da autonomia, criticidade e do (re)pensar as práticas tanto em nível escolar, quanto social.

À noite, com a participação de 42 pessoas da comunidade em geral – dentre elas profissionais da saúde e da educação, representantes do poder público e acadêmicos da universidade – seguiu-se a programação com uma roda de conversa, retomando os conteúdos produzidos no período da tarde. A fim de mediar as discussões, o evento contou ainda com a participação do professor Dr. Moises Romanini, que defendeu recentemente sua tese intitulada "Narrativas do Desassossego: do re-encolhimento às práticas de acolhimento aos usuários de drogas na Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre/RS". Mais uma vez, o espaço constituiu-se como um movimento de troca entre os diferentes agentes envolvidos na temática, através da desconstrução e construção coletiva dos saberes e sentidos que perpassam as drogas e a adolescência.

4 REFLEXÕES ACERCA DO DISCURSO DOS ADOLESCENTES

Inicialmente é possível perceber a timidez e o desconforto dos adolescentes ao serem convidados a responder à pergunta que se usou como dispositivo para a discussão nas rodas de conversa: “quando se fala sobre a temática das drogas,



o que isso remete a vocês?". De forma gradual, eles começaram a se movimentar para a produção dos cartazes, procurando imagens, escrevendo frases e iniciando discussões a respeito de suas vivências e concepções. Como resultados, foi possível desenhar alguns marcadores importantes, construídos pelos e com os adolescentes durante a roda de conversa: o lugar da família e do trabalho em rede, os estigmas e contextos sociais, o papel da escola e, por último, a ampliação do conceito de droga na contemporaneidade.

4.1 O lugar da família e do trabalho em rede

Levar em conta a família como parte do contexto do usuário de drogas se revela importante para que seja possível construir melhores formas de enfrentamento e de prevenção, tendo em vista o papel fundamental que desempenha frente a essas questões (FERNANDES; ANTONIASSI JÚNIOR, 2016). Nessa direção, os adolescentes reconheceram a família com potencial de prevenção ao uso de drogas, quando esta permite que o assunto seja discutido e compartilhado nas conversas em casa. Assim, a família ocupa um lugar de suporte na vida dos jovens. No entanto, os participantes também apontaram para as experiências que vivenciaram com familiares usuários de drogas, destacando as dificuldades e tensões enfrentadas nesse momento e o papel de cuidadora que a família deve desempenhar.

Conforme Rosa e Antoniassi Júnior (2017), a tensão gerada em decorrência do uso de drogas na família gera dificuldades relacionadas ao como lidar com a situação, tanto em função do comportamento do usuário, quanto em função dos danos causados. Nesse sentido, os adolescentes relataram a angústia gerada pelo fato de haver um usuário de drogas na família, bem como a grande dificuldade de encontrar suporte na rede de saúde, sendo necessário circular por diversos serviços, sem que haja, muitas vezes, efetividade no tratamento.

Dedicando-se ao cuidado do usuário, a família passa por processos de sofrimento que nem sempre recebem a atenção necessária. Isso porque se instaura um cenário de divergência entre as demandas reais da família e as intervenções direcionadas a ela, já que se dirigem apenas à orientação em relação ao manejo com o usuário. Como consequência, o foco deixa de ser o cuidado da saúde da família em si, sendo esta vista apenas como receptora de orientações (BELOTTI; FRAGA; BELOTTI, 2017).

Ainda, os adolescentes apontaram que é necessário atentar-se para o contexto familiar do usuário, que não é visto por eles como um fator de risco ou proteção a priori. A partir dessa ambivalência, "é indispensável conhecer cada realidade para que possa identificar as possibilidades, circunstâncias sociais ou características das pessoas envolvidas na dinâmica familiar que os tornam mais vulnerável ao uso de drogas." (FERNANDES; ANTONIASSI JÚNIOR, 2016, p. 83).

A reflexão sobre o trabalho em rede também foi algo destacado como importante pelos adolescentes, que ressaltaram a necessidade de dispositivos enquanto oferta de cuidado ao usuário, considerando estes espaços como promotores de escuta e atenção. Em contrapartida, também trouxeram a dificuldade, em muitos momentos, de um trabalho que seja efetivo e que consiga contemplar a dimensão do cuidado integral, usando como exemplos diferentes experiências que tiveram com familiares



usuários e o grande número de tentativas voltadas à resolução do problema. Ao mesmo tempo, o conhecimento dos jovens a respeito do trabalho em rede se direciona mais ao tratamento de internação e abstinência, havendo desconhecimento da Política de Redução de Danos.

Dessa forma, embora os adolescentes tenham trazido essa lacuna, é possível encontrar na rede de atenção básica uma diversidade de tratamentos que se alicerçam na abstinência e/ou redução de danos. Estas práticas podem se complementar, tendo em vista os diferentes sentidos e lugares ocupados pela droga. Ainda que os usuários possam apresentar comportamentos semelhantes, é preciso reconhecer e validar o modo como cada um se apresenta diante das práticas de saúde que a rede dispõe. Torna-se necessário tomar cuidado com as generalizações, considerando também o discurso do usuário sobre ele mesmo e sua relação com a droga (SCHNEIDER; LIMA, 2011).

4.2 Os estigmas e contextos sociais

A droga foi abordada pelos adolescentes, muitas vezes, como um mecanismo em busca de um lugar no grupo social, isto é, de pertencimento e valorização. No entanto, não é desconsiderado por eles o processo de sofrimento que envolve o uso abusivo de drogas. Enfatizaram, em muitos momentos, a importância de reconhecer o usuário como alguém em sofrimento, vivenciando, de certo modo, uma "falta" em sua vida que busca preencher por meio do uso de drogas. Unido a isso, denunciam a ausência de espaços para a fala, para suas verdades, que finda por apontar para a construção não só da estigmatização e marginalização do usuário, mas também para a invisibilidade das suas reais necessidades. De acordo com Conte (2004),

do sujeito toxicomano⁹ muito se fala, mas pouco se escuta. [...] não há muita disponibilidade para ouvir sobre suas histórias, pois os toxicomanos estão investidos de um imaginário que remete suas práticas ao gozo, à irresponsabilidade, à delinquência e à afronta aos hábitos e costumes. O sofrimento e o mal-estar que vivem, muitas vezes, ficam invisíveis (p. 24).

Os discursos repressivos e moralizantes sobre o uso de drogas que permeiam os diferentes contextos da sociedade, sem levar em conta pesquisas ou dados estatísticos que estão sendo produzidos sobre a temática, reafirmam práticas de judicialização e de psiquiatrização. Este contexto provoca medo na população e produz uma visão distorcida dos efeitos das substâncias ilícitas em comparação àquelas lícitas. Dentro dessa dinâmica, as pessoas que fazem uso de drogas ocupam um lugar marginal, tornando-se bode expiatório dos problemas sociais, por meio de uma ampla desconsideração de outras questões da contemporaneidade implicadas no tema. (NUNES et al., 2010, citados por MELO; MACIEL, 2016).

⁹ O termo toxicomano refere-se ao sujeito que se encontra em uma situação de toxicomania. De acordo com Nogueira (2016, p.108), "uma toxicomania não pode ser definida somente pela frequência e tipo de droga que o sujeito usa, mas sim pelo lugar que ela ocupa na subjetividade do paciente".



Conforme os autores Melo e Maciel (2016), o usuário é caracterizado como alguém mau-caráter e/ou desviante, que burlou as normas do sistema e passou a ser contrário a este. Nessa perspectiva, o indivíduo passa a ser visto como não tendo capacidade para avaliar sua condição e nem de lutar contra ela. Os autores ainda afirmam que existe uma despersonalização do sujeito, na medida em que ele é resumido à droga que utiliza, sendo esquecidos todos os outros aspectos da vida que podem estar associados ao uso.

Ademais, os adolescentes apontaram também para o essencialismo existente em relação a determinados grupos sociais, que são considerados como pertencentes naturalmente ao mundo do tráfico e das drogas. Vargas (2011) aborda essa questão ao escrever que "pobreza, uso de drogas e criminalidade é o estereótipo que a produção midiática cria e recria diariamente, resultando numa posição ainda mais vulnerável aos usuários" (p. 7). Como consequência de toda essa carga valorativa, tem se produzido o isolamento dos sujeitos, "alterando suas relações de amizade e dificultando o diálogo com sua família" (p. 7).

Portanto, a experiência do Fórum trouxe à tona também, o modo como os escolares têm compreendido o lugar social ocupado pelo usuário de drogas. Em uma concepção ampliada e integral, articulam uma discussão que ultrapassa a noção de que o problema está somente no indivíduo. Mais uma vez, constroem uma rede de reflexões que denota a necessidade de constantemente estruturar espaços de escuta, onde a palavra possa circular livremente.

4.3 O papel da escola

O contexto escolar tem se consolidado como um espaço privilegiado para ações de prevenção ao uso de drogas e promoção de saúde. Nesse sentido, Moreira, Vóvio e Micheli (2015) afirmam que para o desenvolvimento dessas ações torna-se necessário perceber a educação para além de um processo de socialização, integração e transmissão de conhecimentos. Em outras palavras, é preciso trilhar um caminho que possibilite a construção de valores, saberes e senso crítico, demarcando assim a dimensão também política que a escolarização ocupa na constituição dos sujeitos.

Os autores ainda demarcam que o ambiente escolar pode ser caracterizado pelas múltiplas relações de poder, pelo embate de ideias e pelas diferentes concepções de educação que circulam neste espaço. Ao mencionarem Paulo Freire (2005), acreditam que os princípios educativos para uma prevenção qualificada são aqueles que vão ao encontro de uma abordagem libertadora de educação, pressupondo uma relação horizontal entre educador e educando. Isso quer dizer que ambos têm o lugar de protagonistas na prática educativa, através do reconhecimento do papel e saber de cada um (MOREIRA; VÓVIO; MICHELI, 2015).

Carlini-Cotrim (1998), ao discorrer sobre o modo como as escolas reagem frente ao tema das drogas, pontua que, quando pressionadas a assumirem uma postura eficiente e rápida diante da urgência do uso de drogas entre os escolares, evidenciam o despreparo pedagógico. Em decorrência, são engendradas intervenções que não permitem a horizontalidade, e muito menos possibilita a fala de todos envolvidos.



Cabrerizo e Iocca (2014, p. 311), acrescentam que “as relações pedagógicas na escola procuram, geralmente, expor o problema como um crime e pouco traduz das ações de prevenção, principalmente, das causas geradoras que levam a este universo”.

Para os adolescentes participantes do Fórum, o trabalho em torno da temática das drogas, realizado no âmbito escolar, prioriza ou se sustenta num discurso proibicionista, marcado exclusivamente pela condenação ao uso de drogas. Apontando sempre e unicamente as consequências ruins do uso, finda por não possibilitar a construção de um espaço de discussões e trocas. Isso porque, em primeiro lugar, os jovens são convocados a apenas escutar e em segundo, porque, muitas vezes, suas experiências não vão ao encontro do que lhes é apresentado, de modo que receiam expor o que pensam e vivenciam.

Por último, os estudantes referem-se ainda a um certo jogo de implicação entre família e escola: a primeira solicita que a escola dê conta de abordar a temática e de garantir que o adolescente não se aproxime das drogas; a segunda, por sua vez, espera dos pais uma maior participação e resolução frente aos entraves no cotidiano escolar. A partir disso, os adolescentes enfatizam sobre o lugar que eles têm ocupado na dinâmica de discussão existente entre essas duas instâncias, sentindo-se no meio, sem espaço para serem escutados. É nesse sentido que os adolescentes reivindicam um lugar de fala e de escuta tanto no espaço escolar, quanto no seu meio familiar.

Diante disso, evidencia-se que alguns atores da Educação ainda não romperam com o modelo de “guerra às drogas”, o que dificulta o encontro intersubjetivo. Para que isto seja possível, torna-se necessário a elaboração de campanhas que se contraponham ao senso comum e que levem em conta o usuário enquanto um cidadão de desejos, deveres, sonhos, anseios, direitos etc. Ou seja, não se trata de negar os efeitos do consumo abusivo, mas sim de compreender os sentidos atribuídos ao uso de drogas. Com esse enfoque, ter-se-á facilitada a concretização de políticas públicas voltadas ao cuidado e atenção às pessoas que têm problemas relacionados a uso de drogas (VEDOVATTO, 2010).

4.4 Ampliação do conceito de droga na contemporaneidade

No evento do VII Fórum, a partir dos diferentes dispositivos utilizados como disparadores para as discussões, os adolescentes depararam-se com diversas imagens em revistas, a partir das quais passaram a ampliar o significado da palavra “droga”. Ao descolarem do paradigma das substâncias ilícitas, relacionaram o conceito também ao uso do cigarro, do açúcar, da cafeína, das medicações e inclusive da internet. Esse debate corrobora a definição ampliada da Organização Mundial da Saúde (1993), pois considera como droga toda e qualquer substância natural ou sintética que, quando utilizada, possa alterar o funcionamento do organismo (LIMA, 2013).

Vargas (2011), nesse sentido, discorre sobre a classificação jurídica que reduz atualmente as drogas em dois grandes grupos: as lícitas e as ilícitas. Acrescenta que essa separação, de certo modo, não tem conseguido se sustentar, porque não



estabelece critérios claros na determinação de qual substância será considerada legal ou ilegal. Ressalta que, na perspectiva médica, o realce ao fator de lesividade à saúde, não dá conta da problemática, tendo em vista que "substâncias como o álcool e o tabaco, que em outros tempos já foram consideradas ilícitas, hoje não são mais" (VARGAS, 2011, p. 4). Igualmente, "existem outras substâncias menos lesivas que essas duas e, mesmo assim, são consideradas proscritas" (p. 4). Em outras palavras, o autor dá ênfase ao caráter político e moral que cerca a temática das drogas.

Os adolescentes participantes do Fórum, ressaltaram o álcool como uma droga, e trataram da relação incongruente existente entre as consequências do uso abusivo e a falta de campanhas preventivas. Perceberam que, por ser uma substância lícita, o álcool deixa de ser foco de intervenções. Sobre isso, Roehrs, Lenardt, Maftum (2008) lembram que, historicamente, as pessoas têm justificado o uso de álcool pelos motivos mais variados e cotidianos. Assim, tem sido comum beberem em função da comemoração do nascimento do filho, do casamento, da vitória do time de futebol, de promoções no trabalho e outros momentos considerados especiais, inclusive para suportar lutos em função de perdas de pessoas queridas, de trabalhos, de ideais, entre outros. Assinalam ainda os autores, ser incomum encontrar lares que não possuam outras substâncias, como, por exemplo, diferentes tipos de medicamentos, ou seja, drogas medicamentosas à disposição.

Nesse sentido, foi possível debater com os adolescentes sobre a importância de se ofertar uma escuta acolhedora ao usuário, a fim de entender como se dá o uso da substância e de que forma e/ou lugar a droga ocupa e atinge sua vida. Ao propor uma perspectiva ampliada de compreensão acerca da drogadição, o encontro pôde produzir outros sentidos sobre o consumo, de modo a considerar a existência de aspectos para além da dicotomia lícita-ilícita. Diante desses novos olhares, vê-se o desabrochar de maiores campos de discussões e intervenções frente à questão do uso de drogas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compartilhar vivências e construir espaços de debates sobre elas com um grupo de adolescentes, estudantes das mais variadas escolas do município, tornou-se possível visualizar o quanto a temática da drogadição se faz presente no âmbito escolar, seja a partir de campanhas, palestras ou até mesmo nos silêncios que se tecem em torno da droga, no cotidiano da sala de aula. A experiência do VII Fórum sinalizou, ainda, para a necessidade de se (re)pensar as intervenções que vêm sendo realizadas para esse público nos diferentes espaços sociais. Isso porque, como se evidenciou, estes sujeitos a quem são dirigidos inúmeros discursos, não se sentem escutados, tampouco protagonistas das discussões que lhes dizem diretamente respeito. A consequência disso tudo – talvez – seja uma barreira que separa e distancia cada vez mais os adolescentes entre si e em relação aos adultos, o que tem impedido de compartilharem suas próprias experiências.

Dessa maneira, o Fórum de discussão sobre drogas, desde sua primeira edição, tem se constituído como um espaço importante de fala, escuta, troca de saberes e articulação de possíveis ações no âmbito escolar. Ao promover encontros



intersetoriais, passou a ser reconhecido como um evento capaz de reunir para facilitar a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos na problemática da drogadição: sociedade civil, representantes do poder público, profissionais da saúde e da educação, além de acadêmicos de diferentes cursos. Como resultado, tem se consolidado, por fim, também como uma ação que articula e dá visibilidade à tríade Pesquisa, Ensino e Extensão, através da construção de conhecimentos e promoção de mudanças sociais e intersubjetivas. Para trabalhos futuros, nessa direção, visualiza-se não somente a continuidade do Fórum, mas também sua ampliação, buscando alcançar cada vez mais um número maior de pessoas e organizações, tendo em vista que esta temática diz respeito a todo cidadão.

REFERÊNCIAS

BELOTTI, M.; FRAGA, H.; BELOTTI, L. Família e atenção psicossocial: o cuidado à pessoa que faz uso abusivo de álcool e outras drogas/Family and psychosocial attention: care for the person with abusive use of alcohol and other drugs. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1727>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

CABRERIZO, T. B.; IOCCA, F. A. da S. Drogas no contexto escolar: processo de prevenção e sensibilização. **Eventos Pedagógicos**, v. 5, n. 2, p. 311-320, 2014. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1480>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CARLINI-COTRIM, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 19-30.

CONTE, Marta. Psicanálise e Redução de danos: articulações possíveis? **Revista da APOA**, Porto Alegre, n. 26, p. 23-33, 2004. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://xa.yimg.com/kq/groups/23162830/1653859068/name/Psican%25C3%25A1lise%2Be%2BRedu%25C3%25A7%25C3%25A3o%2Bde%2BDanos.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&ei=CAD_WeSMB46imAGuh6vQDg&scisig=AAGBfm0ze8M6gsBVCb0Yr2oZZ6-s_YY3DQ>. Acesso em: 28 set. 2017

DALLAZEN, L. et al. Sobre a ética em pesquisa na psicanálise. **Psico**, Porto Alegre, n. 43, p. 47-54, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11098/0>>. Acesso em: 28 set. 2017.

FERNANDES, L.; ANTONIASSI JÚNIOR, G. Drogas e a família, uma discussão da literatura. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 2, Ed. Esp., p. 73-85, 2016. Disponível em: <<http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/47>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREUD S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: _____. **Edição Stardart Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Imago; 1996, vol. XII, p. 147-59.



LIMA, Eloisa Helena. **Educação em saúde e uso de drogas**: Um Estudo Acerca da Representação das Drogas para Jovens em Cumprimento de Medidas Educativas. 2013. 246 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde do Centro de Pesquisas René Rachou) – Fundação Oswaldo Cruz, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/7244>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MELO, J. R.; MACIEL, S. C. Representação Social do Usuário de Drogas na Perspectiva de Dependentes Químicos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 1, p. 76-87, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0076.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MOREIRA, A.; VÓVIO, C. L.; MICHELI, D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-135, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/298/29835330008/>>. Acesso em: 23. out. 2017.

NOGUEIRA, Cristina Sandra Pinelli. A família na toxicomania. In.: CIRINO, Oscar; MEDEIROS, Regina. **Álcool e outras drogas**: escolhas, impasses e saídas possíveis. Autêntica editora, p. 147-156, 2006.

ROEHRS, H; LENARDT, M. H; MAFTUM, M. A. Práticas culturais familiares e o uso de drogas psicoativas pelos adolescentes: reflexão teórica. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 353-357, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1277/127715310024.pdf>>. Acesso em: 23. out. 2017.

ROSA, Bruna; ANTONIASSI JÚNIOR, Gilmar. A CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS E ESTILOS FAMILIARES QUANDO OS FILHOS FAZEM USO DAS DROGAS. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 3, n. 1, p. 127-140, 2017. Disponível em: <<http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/94>>. Acesso em: 29 set. 2017.

SCHNEIDER, D. R.; LIMA, D. S. Implicações dos modelos de atenção à dependência de álcool e outras drogas na rede básica em saúde. **Psico**, vol. 42, n. 2, abr./jun. 2011, p. 168-78. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7153/0>>. Acesso em: 28 out. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VARGAS, Jonas. **O homem as drogas e a sociedade**: um estudo sobre a (des) criminalização do porte de drogas para consumo pessoal. 31 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2011_1/jonas_vargas.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017

VEDOVATTO, Semiramis Maria Amorim. Contrapondo o discurso midiático sobre drogas - Nem tão feios, nem tão sujos, nem tão malvados: pessoas de bem também usam drogas! In: SANTOS, Loiva Maria de Boni. **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**, Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. p. 159-167.





Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul
www.unisc.br/edunisc